

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson Abreu Júnior

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu “Território e Expressões Culturais no
Cerrado” -TECCER

DEYVISON DIAS GOMES

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E O AVANÇO DO
CAPITAL INDUSTRIAL PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL
PÓS DÉCADA DE 1990**

Anápolis

2023

DEYVISON DIAS GOMES

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E O AVANÇO DO
CAPITAL INDUSTRIAL PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL
PÓS DÉCADA DE 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades. Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

Anápolis

2023

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo Dequiven Vires Gomes

E-mail gomes.dequiven@ueg.br

Dados do trabalho

Título O Processo de desconstrução produtiva e o
movimento do capital industrial para a região
Centro-Oeste de Goiás nos anos 1990.
() Dissertação

Curso/Programa TECCER

Concorda com a liberação documento?

[] SIM
[] NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis 16/08/23
Local Data

[Assinatura]
Assinatura do autor / autora

[Assinatura]
Assinatura do orientador / orientadora

Ficha catalográfica

G633p

Gomes, Deyvison Dias.

O Processo de desconcentração produtiva e o avanço do capital industrial para a região Centro-Oeste do Brasil pós década de 1990 / Deyvison Dias Gomes. - 2023.

73 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior, Anápolis, 2023.

Inclui bibliografia.

1.Economia regional. 2.Indústria. 3.Desconcentração produtiva
4.Dissertações – TECCER - UEG/UnuCSEH. I. Xavier, Glauber Lopes.
II.Título.

CDU 332.1(817)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária da UnUCSEH
CRB-1/2385

DEYVISON DIAS GOMES

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E O AVANÇO DO
CAPITAL INDUSTRIAL PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL
PÓS DÉCADA DE 1990**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre(a) em Ciências Sociais e Humanidades.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais e relações de poder

Orientador (a): Glauber Lopes Xavier

Banca Examinadora



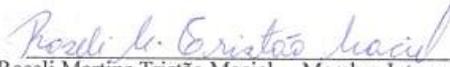
Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier - Orientador (a)



Prof. Dra. Adriana Pereira de Sousa - Membro Externo



Prof. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas – Membro Interno
UEG/TECCER



Prof. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel – Membro Interno UEG/TECCER

Anápolis, 13 de junho de 2023

DEDICATÓRIA

Foi pensando nas pessoas que executei este projeto, por isso dedico este trabalho a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma maneira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Agradeço à minha avó Maria Gonzaga de Castro Gomes que tanto me apoiou em todas as etapas dos meus estudos e da minha vida, sem ela eu não teria chegado até aqui.

Agradeço também à minha avó Leci Dias Duarte e aos meus pais e irmão pelo apoio e torcida.

Agradeço à minha grande amiga Ludmilla Assis Bernardes que sempre esteve ao meu lado durante todo o meu percurso acadêmico.

Sou grato pela confiança depositada na minha proposta pelo meu professor e orientador Glauber Lopes Xavier. Obrigado por me manter motivado durante todo o processo.

Quero agradecer também à Universidade Estadual de Goiás e a todo o seu corpo docente e administrativo.

Por fim quero agradecer a todos os colegas do mestrado que ao longo do curso contribuíram com suas experiências para a construção do meu conhecimento.

EPÍGRAFE

“Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos” (David Harvey)

RESUMO

O presente trabalho, intitulado, “O processo de desconcentração produtiva e o avanço do capital industrial para a região Centro-Oeste do Brasil pós década de 1990”, tem como objetivo compreender e discutir os impactos do processo de desconcentração produtiva e o avanço do capital industrial para a região Centro-Oeste do Brasil após a década de 1990. O processo de desconcentração regional brasileiro se deu sobre os seguintes contextos: a década de 1970 marca o auge do processo de concentração produtiva no Brasil com a região Sudeste; a década de 1980 foi marcada pela exaustão do modelo de crescimento com intervenção estatal atrelada à uma crise fiscal e financeira do Estado; a década de 1990 foi marcada por uma mudança de orientação para a política governamental que passou a operar dois vetores estratégicos ao aumentar a abertura comercial e reduzir a participação do Estado na economia; já a década de 2000 foi marcada pela preocupação em torno da desindustrialização da economia brasileira, conseqüente dos efeitos do novo contexto macroeconômico estabelecido pelo Plano Real. Ao se observar o VAB da indústria das 05 macrorregiões brasileiras das últimas duas décadas (2000-2020), verifica-se a continuidade do processo de desconcentração produtiva da região Sudeste, para as demais regiões brasileiras, sobretudo em direção à região Sul, Centro-Oeste e Norte do país. Todavia este processo de desconcentração ocorre em novo um cenário de perda de participação da indústria na formação do produto nacional. Já no recorte microrregional o que se verifica é a continuidade da desconcentração concentrada, com a consolidação de áreas de concentração fora das regiões tradicionalmente mais industrializadas do país, isto é, a desconcentração se dá de maneira bastante desigual no território e busca as melhores condições de terra, capital e trabalho para a sua expansão.

Palavras-Chave: Economia Regional; Indústria; Desconcentração Produtiva.

ABSTRACT

The present work, entitled, “The process of productive deconcentration and the advance of industrial capital to the Midwest region of Brazil after the 1990s”, aims to understand and discuss the impacts of the process of productive deconcentration and the advance of capital industrial for the Center-West region of Brazil after the 1990s. The Brazilian regional deconcentration process took place in the following contexts: the 1970s marks the peak of the process of productive concentration in Brazil with the Southeast region; the 1980s were marked by the implementation of the state-led growth model and a fiscal and financial crisis for the state; the 1990s were marked by a change in direction for government policy, which began to operate on two strategic vectors by increasing trade openness and reducing the State's participation in the economy; the 2000s were marked by concerns about the deindustrialization of the Brazilian economy, resulting from the effects of the new macroeconomic context established by the Real Plan. When observing the GVA of the industry of the 05 Brazilian macro-regions of the last two decades (2000-2020), it is verified the continuity of the process of productive deconcentration from the Southeast region, to the other Brazilian regions, mainly towards the Center-West region and North of the country. However, this deconcentration process takes place in a new scenario of loss of industry participation in the formation of the national product. In the micro-regional cut, what can be seen is the continuity of concentrated deconcentration, with the consolidation of areas of concentration outside the traditionally more industrialized regions of the country, that is, deconcentration takes place in a very uneven way in the territory and seeks the best conditions of land, capital and labor for its expansion.

Keywords: Regional Economy; Industry; Productive Deconcentration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Evolução do Valor da Transformação Industrial (VTI), da produtividade média e composição (%) das atividades industriais no VTI, por tipo de indústria e fator competitivo no Brasil.....	40
Tabela 02 - Participação (%) das atividades econômicas no (VAB), Brasil e macrorregiões brasileiras, em anos selecionados.....	43
Tabela 03 - Participação (%) das cinco macrorregiões no VAB nacional e no VAB da indústria de transformação, em anos selecionados.....	44

LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Gráfico 01- Média da taxa de variação real do PIB por ano por década (%) – Brasil.....	33
Gráfico 02 - Participação da indústria total (%) no PIB brasileiro 1947-2021.....	37
Gráfico 03- Participação da indústria de transformação (%) no PIB brasileiro 1947-202.37	
Gráfico 04 - Variação da participação da indústria de transformação (%) no VAB nacional 2002-2020- Regiões brasileiras.....	45
Gráfico 05 - Variação da participação da indústria de total (%) no VAB nacional 2002-2020- Regiões Brasileiras.....	46
Gráfico 06 - Participação da indústria total (%) das cinco macrorregiões no VAB nacional- Ano 2020.....	47
Mapa 01- Participação da indústria de transformação no PIB – em (%) por região do Brasil 2002 e 2020.....	48
Mapa 02 - Participação da indústria total no PIB – em (%) por região do Brasil 2002 e 2020.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIR	Área Industrial Relevante
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONDEPE	Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IR	Imposto de Renda
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PERGEB	Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PLADESCO	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
POC	Pessoas Ocupadas na Indústria
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODEGRAN	Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados
PRODEPAN	Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
VAB	Valor Adicionado Bruto
VTI	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – DA CONCENTRAÇÃO À DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA	17
1.1 A formação do capital industrial brasileiro.....	17
1.2 A concentração produtiva.....	19
1.3 O debate regional.....	21
1.4 A desconcentração produtiva.....	22
1.4.1 O Nacional Desenvolvimentismo e a desconcentração virtuosa (1930-1980)	22
1.4.2 Os planos nacionais de desenvolvimento econômico.....	27
1.4.3 As superintendências de desenvolvimento regional	29
CAPÍTULO 2 – DA INFLEXÃO À RETOMADA DA DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA	32
2.1 Esgotamento do Nacional Desenvolvimentismo, neoliberalismo e a desconcentração espúria (1980-2000).....	32
2.2 A retomada do processo de desconcentração produtiva no Brasil (2000-2020).....	34
2.2.1 Industrialização tardia e desindustrialização precoce: a trajetória recente da atividade industrial no Brasil	35
2.2.2 As novas tendências do desenvolvimento regional brasileiro: Recorte macrorregional.....	41
2.2.3 A desconcentração concentrada: Recorte microrregional.....	50
CAPÍTULO 3 - O AVANÇO DO CAPITAL INDUSTRIAL PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL	51
3.1 Um breve retrospecto da formação econômica da região.....	51
3.2 A integração econômica da região com a economia nacional.....	53
3.3 O Centro-Oeste brasileiro no processo de desconcentração produtiva nacional.....	55
3.4 O Centro-Oeste nas fases de fragmentação e desconcentração poligonal.....	57
3.5 O Estado na promoção do desenvolvimento regional recente do Centro-Oeste.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender e discutir os impactos do processo de desconcentração produtiva e o avanço do capital industrial para a região Centro-Oeste do Brasil pós década de 1990. Para isso faz revisão da literatura sobre os principais trabalhos relacionados ao tema. Resgata e atualiza análises sobre o assunto realizadas no Brasil por autores como Cano (2007; 2008; 2012), Diniz (1993), Pacheco (1998), Saboia (2001) e Sampaio (2017), e procura avançar na compreensão dos resultados obtidos nas últimas décadas (1990-2020), em face de intensos esforços de reestruturação produtiva dos anos 1990, bem como da retomada de políticas industriais e regionais realizada pelo governo federal a partir de 2007.

De acordo com Neto e Silva (2018), o debate sobre mudança estrutural e desconcentração produtiva regional voltou ao ambiente acadêmico estimulado pelas transformações decorrentes da intensa mudança tecnológica nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, as quais vêm afetando as noções prevalecentes sobre atividades econômicas. O setor industrial, visto como a locomotiva do crescimento econômico e da mudança estrutural das economias capitalistas, desde as análises pioneiras de Kaldor (1966) e também as discussões estruturalistas de pensadores latino-americanos como Prebisch (1949) e Furtado (1961; 1968), estaria deixando de atuar desse modo à medida que as economias maduras se tornavam cada vez mais terciárias.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional brasileiro, no século XX a expansão acelerada da economia industrial do estado de São Paulo o constituiu como o polo dinâmico da economia nacional. A indústria paulista passou, por sua vez, a redefinir o papel a ser desempenhado pelas demais economias regionais. De acordo com Neto e Silva (2018), de compradores dos produtos industriais da indústria paulista a fornecedoras de matérias-primas e/ou bens industriais, as economias regionais se articularam ao núcleo dinâmico brasileiro, sob movimentos ora de estímulo ao seu próprio crescimento, ora de bloqueio. Resultou desse processo de integração, entretanto, relevantes disparidades em níveis de desenvolvimento regional.

De maneira geral, o processo de desconcentração regional brasileiro se deu sobre os seguintes contextos: a década de 1970 marca o auge do processo de concentração produtiva no Brasil com a região Sudeste contribuindo com mais de 65% de todo o produto industrial nacional, puxado sobremaneira pelas políticas estatais de

industrialização e de integração nacional, como na chamada Era Vargas (1930-1960), no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e também nos governos militares, na forma dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs I e II), nas décadas de 1960 e 1970.

A década de 1980 foi marcada, por outro lado, pela exaustão do modelo de crescimento com intervenção estatal atrelada à uma crise fiscal e financeira do Estado que passou a impedir a continuidade do ritmo do crescimento industrial prevalecente, ao fragilizar suas bases de financiamento. Nesse momento, ocorreu uma profunda inflexão na trajetória do desenvolvimento nacional, com o predomínio, a partir de então, de um padrão de baixo crescimento econômico, associado a dificuldades para a expansão da renda gerada no setor industrial. Entretanto, de acordo com Neto e Silva (2018), até meados da década, ainda se constatou efetivo processo de desconcentração da atividade produtiva, sobremaneira a industrial, partindo de São Paulo em direção a todas as demais regiões brasileiras.

A década de 1990 foi marcada por uma mudança de orientação para a política governamental que passou a operar dois vetores estratégicos: “de um lado, iniciou forte abertura comercial, produtiva e financeira da economia brasileira à economia global (...) e, de outro lado, trabalhou no sentido da redução da participação do Estado na economia” (NETO; SILVA, 2018, p. 14). A consolidação desse novo ambiente levou à preocupação quanto à possibilidade de reconcentração territorial da atividade produtiva, uma vez que, sem a orientação estratégica do Estado, as economias regionais se ocupariam de produzir suas próprias rotas de crescimento. A redução da participação relativa da economia de São Paulo passou a ocorrer em um cenário de baixo crescimento econômico e de diminuição paulatina do setor industrial na estrutura produtiva brasileira. Assim, a desconcentração regional da indústria pode ser identificada, nessa fase específica, mais como um movimento estatístico do que um movimento de desconcentração real na economia, como defendeu Cano (2008).

Já a década de 2000 foi marcada pela preocupação em torno da desindustrialização da economia brasileira, conseqüente dos efeitos do novo contexto macroeconômico estabelecido pelo Plano Real, com câmbio valorizado e juros altos, o que contribuiu para o ajustamento recessivo na indústria nacional.

Quanto à abordagem, o trabalho em tela utiliza-se de pesquisa do tipo qualitativa. A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2001) não se preocupa com a representatividade numérica, mas, fundamentalmente, com o aprofundamento da compreensão de determinado grupo, formação social e outros. A pesquisa qualitativa

preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais e sua dinâmica.

Quanto à natureza, a pesquisa é teórica, ou seja, “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34). Quanto aos objetivos, a pesquisa é explicativa. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

No tocante aos procedimentos, o trabalho em tela utiliza-se da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Quanto ao método, o trabalho se desenvolve à luz do materialismo histórico. O materialismo histórico fundamenta-se no método dialético e suas bases foram definidas, também, por Marx e Engels. Para Marx (2008), a estrutura econômica (ou infraestrutura) é a base sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem determinadas formas de consciência social ou ideológica. O modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. Cabe destacar, todavia, que essa relação infraestrutura/superestrutura deve ser entendida dialeticamente. Não é uma relação mecânica nem imediata, mas se constitui como um todo orgânico, cujo determinante é, em última instância, a estrutura econômica. Desta maneira:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 260-261)

Por fim, abordagem do trabalho é material, pois parte da materialidade que permeia as relações sociais, bem como as sociedades se mantêm enquanto tal e se reproduzem ao longo do tempo; dialético, pois apreende as contradições em que se processam os fenômenos sociais, históricos e políticos, bem como suas continuidades e

descontinuidades; histórico, pois recorre à história para melhor compreender a totalidade dos fenômenos recentes, os fenômenos sociais são resultados de processos históricos que se processaram contraditoriamente ao longo do tempo.

A investigação da trajetória e transformações regionais na indústria será realizada, neste trabalho, com base nos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contêm séries históricas com indicadores pertinentes para estudos desta natureza, tais como o Valor Adicionado Bruto (VAB) e o Valor da Transformação Industrial (VTI) disponíveis, respectivamente, nas contas regionais do Brasil e na Pesquisa Industrial Anual (PIA) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O VAB, além do olhar focado na indústria de transformação, é utilizado para examinar as estruturas produtivas regionais (e brasileira) como um todo. Por outro lado, a análise se restringe à indústria de transformação quando são mencionados os demais indicadores, mediante o exame de distintas trajetórias em nível macrorregional e microrregional. Além desses indicadores, este estudo apresenta uma investigação apoiada na tipologia de intensidade tecnológica da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A classificação da OCDE (1987) com base no fator competitivo predominante na indústria é utilizada para identificar grupos de indústria nas regiões brasileiras. De acordo com esta metodologia de classificação os ramos industriais pode ser agrupados seguindo cinco tipos de fatores de competitividade, a saber: a) indústrias cujo principal fator competitivo interno são os recursos naturais, b) indústrias intensivas em mão de obra e, portanto, cujo diferencial competitivo é o fator trabalho, c) indústrias intensivas em escala de produção e que se apoiam em redução de custos por meio de expansão de rendimentos de escala, d) indústrias com tecnologia diferenciada, que lhes permite atender, em escala considerável, a diversificados tipos de demanda a partir de uma mesma linha de produção; e e) indústrias baseadas em ciência, em que seu diferencial competitivo é de tipo avançado, específico e singular de tecnologia incorporada no produto, que lhe permite obter durante um período de tempo razoável rendas de monopólio pela invenção.

Tecido os comentários introdutórios deste, o trabalho se divide, com vistas a atender os objetivos propostos, em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais, são eles: Capítulo 1 - da concentração à desconcentração produtiva: aqui será discutido como se deu a formação do capital industrial o Brasil, as razões da

concentração industrial no Sudeste, notadamente no estado de São Paulo, a origem do debate teórico acerca do desenvolvimento regional no país, o início do processo de desconcentração regional produtiva e por fim as contribuições do chamado Nacional Desenvolvimentismo; Capítulo 2 – da inflexão à retomada da desconcentração produtiva: nesta sessão serão apresentadas as causas do esgotamento do Nacional Desenvolvimentismo e a retomada do processo de desconcentração regional e produtiva no Brasil e as novas tendências do desenvolvimento regional brasileiro a partir do recorte macrorregional e microrregional; Capítulo 3 - o avanço do capital industrial para a região centro-oeste do Brasil: aqui será discutido como se deu a industrialização e a inserção produtiva da região Centro-Oeste do Brasil.

CAPÍTULO 1 – DA CONCENTRAÇÃO À DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA

1.1 A formação do capital industrial brasileiro

Antes de iniciar a discussão sobre a expansão capitalista e a sua dinâmica espacial nas últimas décadas, é de suma relevância tecer uma breve explanação sobre a origem e a formação do capital industrial no Brasil. De fato, há um vasto e produtivo debate em torno da temática do processo de industrialização brasileiro e a sua periodização. Não cabe por hora o aprofundamento dos resultados destes debates, contudo vale destacar alguns de seus principais expoentes, sobretudo a suas contribuições ao deslindamento da questão da industrialização brasileira.

A origem da indústria brasileira é um tema um tanto controverso sendo objeto de estudo de vários historiadores. De maneira ampla a teoria divide o debate em duas grandes correntes, são elas: as que contemplam aqueles pensadores que defendem a chamada teoria dos choques adversos e a dos que defendem a teoria da industrialização induzida pelas exportações. Há ainda outras interpretações, todavia menos repercutidas no meio acadêmico que as primeiras. Em síntese, representando a teoria dos choques adversos se pode citar os trabalhos de Furtado (1968), Simonsen (1939) e Tavares (1973). Na teoria da industrialização induzida pelas exportações, destacam-se os trabalhos de Suzigan (1986,1996), Dean (1971) e Pelaez (1972).

De modo geral, de acordo com a interpretação dos choques adversos, diante de cenários internacionais adversos como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão que se seguiu logo após o conflito, o Brasil, altamente depende de importações de produtos manufaturados, se viu em um ambiente bastante desfavorável com dificuldades em atrair capital para o território e com sucessivos desequilíbrios na balança comercial. De acordo com Tavares (1973), a ocorrência de um choque adverso culminava em uma abrupta queda nos níveis de exportação brasileiros, notadamente do café, principal produto da pauta de exportação naquele momento. A conseqüente queda nas divisas advindas das exportações inviabilizava, por sua vez, as importações de muitos dos bens de consumo e de capital de que o país demandava. Diante deste cenário o Brasil se viu impelido a dar início a um novo modelo de desenvolvimento, pautado sobretudo no

processo de industrialização substitutiva de importações. Este fenômeno foi identificado por alguns autores como a mudança do centro dinâmico da economia brasileira que deixou de se pautar no mercado externo e passaria desde então para o mercado interno, a partir fundamentalmente do desenvolvimento da indústria nacional.

Para a teoria da industrialização induzida pelas exportações há uma relação positiva direta entre o desenvolvimento da indústria e o desempenho do setor exportador da economia. De acordo com Suzigan (1996), foram as exportações que garantiram as condições materiais para o início do processo de industrialização no Brasil. Defende a teoria que a atividade agroexportadora, notadamente do café neste período, gerava o excedente que viria a ser investido em atividades industriais como um instrumento de diversificação destes. Para Saes (1989) este excedente levou ao aumento da capacidade de importar máquinas e bens de capital, aumentando assim a capacidade produtiva do país.

Apesar de guardarem divergências entre si, seja no que diz respeito à cronologia do *ethos* industrializante brasileiro, seja no que se refere à relevância dos choques externos ou do setor exportador como viabilizadores do processo, o fato é que tanto um quanto o outro foram chaves para o início do processo de industrialização no país. Concorda-se que ambas as teorias, embora divergentes em alguns de seus pressupostos, contribuíram sobremaneira com o deslindamento da questão do surgimento do capital industrial nacional. Acrescenta-se a essas interpretações também as contribuições das abordagens marxistas, as quais também concorda o trabalho em tela.

Silva (1976), tomando como ponto de partida a epistemologia dialética marxista, compreende que a relação café e indústria possui ao mesmo tempo aspectos de unidade e contradição. Unidade, pois tanto o café quanto a indústria, segundo o autor, fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista que emerge no Brasil com o fim do trabalho escravo. A expansão exportadora acabou por gerar o que o autor chamou de complexo cafeeiro, isto é, não se limitando apenas à cultura do café, mas se expandindo e dando impulso a outros setores que ao longo dos anos foram ganhando destaque, notadamente o comércio, as firmas de importação, bancos, serviços públicos em geral e outras atividades industriais. Já a contradição, segundo Silva (1976), residia nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira no processo de acumulação de capital. A economia exportadora, assim, ao se expandir gerava os gérmenes da sua superação uma vez que a expansão do café passara a

exigir crescente intervencionismo seja por meio da elevação da dívida externa, desvalorização cambial e/ou crescimento do endividamento público. Essa “socialização das perdas”, segundo Furtado (1968), culminava com o encarecimento dos produtos importados o que criava um ambiente propício para a produção doméstica de itens antes importados ou substituição de importações por itens fabricados internamente.

1.2 A concentração produtiva

Apresentadas as discussões e debates sobre a origem do capital industrial brasileiro é fulcral destacar que este capital não se expandiu uniformemente pelo território, muito pelo contrário, ele primeiro se concentrou na região sudeste do país, sobremaneira no estado de São Paulo. Apesar de ainda hoje o capital industrial estar em grande parte territorializado nesta região, houve um importante processo de desconcentração e expansão para outras regiões do país nas últimas décadas, todavia essa discussão será abordada com mais profundidade nas próximas sessões deste capítulo. Cabe agora apresentar as razões da concentração industrial no Sudeste brasileiro, notadamente em São Paulo.

Para compreender como se deu e quais as razões da concentração industrial no Estado de São Paulo e o Sudeste de maneira geral é importante ressaltar, apesar de evidente, que o Brasil das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX era bastante diferente do que se tem hoje em vários aspectos. As condições da época, quais sejam, a política, a população, a infraestrutura e o capital são chaves para elucidar o que se propõe. Ressalta-se esse ponto, uma vez que o capital industrial em seu processo de territorialização e expansão está sempre, via de regra, à procura de três elementos que lhe proporcionem a condição ideal, a saber, o capital, a terra e o trabalho. Para sua implantação é necessária uma acumulação prévia de capital que possibilite os fundamentos econômicos para as suas instalações, do mesmo modo a terra, representando os recursos naturais para a transformação, complementa as necessidades do capital industrial, por fim, e igualmente importante, tem-se a população que irá fornecer mão de obra e mercado consumidor para este capital. De fato, o estado de São Paulo foi o que melhor dispôs, àquele momento (1880 -1930), destes três elementos.

Como visto anteriormente a atividade cafeeira possibilitou à região o acúmulo prévio de capital relevante para a inicialização do processo de industrialização, ou como ressalta Melo “a economia cafeeira capitalista engendra as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria, ao gerar a massa de capital monetário concentrada nas mãos de determinada classe social, possível de se transformar em capital produtivo” (MELO, 1975, p. 102). Ainda de acordo com Melo (1975) o capital industrial nasce como desdobramento do capital mercantil cafeeiro que fora empregado tanto, no núcleo produtivo agroexportador como na produção e beneficiamento do café, quanto em seu seguimento urbano como nas atividades comerciais, serviços financeiros e transportes.

Wilson Cano, também, em seu trabalho *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, concorda que a economia cafeeira de São Paulo foi a que apresentou maior dinamismo no contexto nacional, “resolvendo pioneiramente sérios problemas de infraestrutura, como o dos transportes ferroviários, o do porto marítimo, o de comunicações e de urbanização, estava ao mesmo tempo criando um acúmulo de economias externas que beneficiariam a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção” (CANO, 2007, p. 234). Além de possuir terra, infraestrutura melhor desenvolvida e recursos naturais imprescindíveis à indústria, São Paulo contava também com a maior população do território brasileiro.

Como é sabido é a população que fornece a mão de obra e o mercado consumidor para o capital industrial atingir seu objetivo que é a reprodução. Deste modo o estado paulista levou vantagem em relação aos demais, uma vez que recebeu a maioria dos imigrantes nas décadas de forte imigração¹ para o país para o trabalho nas lavouras de

¹ A história da imigração brasileira é extensa e se confunde com a própria história da formação do Brasil, tamanho a sua relevância para a sua formação social e econômica. Dos povos que migraram para o Brasil, podemos citar, primeiro os povos africanos, que tiveram sua migração forçada pelo tráfico negreiro, de acordo com Reis (2000), no continente americano, o Brasil foi o país que mais importou escravos africanos, entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. Mais tarde também, de acordo com Venâncio (2000), os portugueses migraram em massa para o Brasil, principalmente entre os anos de 1851 e 1930. Também migraram para o Brasil espanhóis, judeus e alemães e mais recentemente na história da imigração brasileira os árabes e japoneses, entretanto, cabe aqui destacar, a migração italiana para o Brasil. De acordo com Gomes (2000), os italianos, como todos os demais imigrantes, deixaram seu país basicamente por motivos econômicos e socioculturais, depois de um longo período de mais de 20 anos de lutas para a unificação do país e mais tarde a I Guerra Mundial, a população italiana, particularmente a rural e mais pobre, tinha dificuldade de sobreviver quer nas pequenas propriedades que possuía ou onde simplesmente trabalhava, quer nas cidades, para onde se deslocava em busca de trabalho. Os italianos começaram a chegar no Brasil, de acordo com o autor, por volta da segunda metade do século XIX para trabalhar primeiro na lavoura de café e mais tarde na nascente indústria paulista. Os primeiros imigrantes italianos começaram a

café, Melo (1975) destaca a existência desse imigrantes, trabalhadores livres, que acabaram por ser absorvidos pelo o capital industrial ao mesmo tempo em que formavam e desenvolviam nos centros urbanos um mercado de consumo considerável para os produtos industrializados.

1.3 O debate regional

Com o avanço da indústria no Brasil, sobretudo no Sudeste, ficou latente as disparidades regionais no país. Debates começaram a surgir no meio acadêmico e autores da chamada economia regional como Wilson Cano (2007), Diniz (1993), Pacheco (1998) e outros, concentraram suas análises e discussões sobre os impactos regionais do processo de industrialização inicializado em território nacional.

Embora, segundo Abdal (2017), esses autores apresentem divergências entre sim em alguns de seus pressupostos, concordam, via de regra, que até a década de 1970 se verificou uma tendência à concentração das atividades industriais na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Os autores defendem a tese de que, em um contexto de escassez de recursos para a promoção das inversões industriais, aspecto característico de países em desenvolvimento, a concentração regional seria a forma mais eficiente de alocação de recursos. Ainda de acordo com os autores neste período que se estende até 1970 a política industrial esteve desassociada da política regional, por seu turno inexistente até este momento.

Só a partir da década de 1970 é que se reconheceu a importância das políticas regionais na promoção do desenvolvimento econômico nacional, fruto em tese do avanço do pensamento desenvolvimentista e dos debates regionais que passaram a questionar com veemência as disparidades regionais do modelo de desenvolvimento capitalista lavado a cabo no país até então. A partir destes desdobramentos começou-se a direcionar as políticas econômicas neste sentido, gerando impactos efetivos na estrutura industrial e regional brasileiras.

chegar ao Brasil na década de 1870, mas atingiu seu ápice entre os anos de 1880 e 1930. A imigração italiana e europeia como um todo foi de extrema relevância para o processo de modernização e industrialização brasileira.

1.4 O A desconcentração produtiva regional

No estudo sobre a industrialização brasileira, autores, no que concerne ao processo de desconcentração produtiva regional, dividem o processo em três períodos distintos. Grosso modo seriam eles o período que se inicia em 1970 e se estende até 1985, definido como o auge do processo de desconcentração ou desconcentração virtuosa, puxada sobremaneira pelas políticas desenvolvimentistas do período, o período de inflexão, marcado pelo esgotamento da nacional desenvolvimentismo e avanço do pensamento neoliberal, que se estende de 1985 até início da década de 1990 e o período da retomada que se inicia posteriormente a 1990 e se estende até os dias hodiernos.

1.4.1 O Nacional Desenvolvimentismo e a desconcentração virtuosa (1930-1980)

A crise do capitalismo mundial eclodida em 1929 nos Estados Unidos consolidou-se como um ponto inflexão na história da humanidade e uma ruptura de paradigmas. A Grande Depressão do século XX colocou em xeque muitos dos pressupostos do *mainstream* econômico de até então, era o teste de fogo do liberalismo econômico e que desnudara seus limites. A também conhecida crise da superprodução evidenciou os limites do liberalismo ao passo que colocou em xeque a teoria da mão invisível de Adam Smith (1723-1790) que defendia que os agentes econômicos conduziriam a economia ao pleno emprego de fatores e que a longo prazo a economia encontraria o equilíbrio entre oferta e demanda. Ao mesmo tempo também foi colocada xeque a famosa Lei de Say, defendida pelo economista francês Jean Baptiste Say (1767-1832), que defendia que toda oferta geraria sua demanda em igual magnitude. A economia clássica ou liberal era a economia do longo prazo, todavia os novos tempos exigiam ações pragmáticas e de curto prazo para salvar o capitalismo norte-americano e conseqüentemente o capitalismo global.

Diante desse cenário de crise, em 1936 o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), em resposta ao pensamento liberal da época, lança a sua obra intitulada *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Keynes iniciou uma verdadeira

revolução no pensamento econômico ao se opor às ideias da economia clássica. Sua obra teve tanto impacto que após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as ideias econômicas de Keynes foram adotadas pelas principais potências econômicas do mundo ocidental. Nos Estados Unidos suas teses inspiraram o New Deal, programa de recuperação econômica implantadas pelo então presidente Franklin Roosevelt (1882-1945), que tinha como um de seus principais objetivos ampliar a intervenção do Estado na economia, ao regular as transações econômicas e a produção, como também realizar obras públicas para estimular a criação de empregos. Em seu governo também foram criados benefícios sociais como o salário-mínimo e o seguro-desemprego.

Como já visto anteriormente, a crise de 1929 causou uma série de impactos econômicos no Brasil e na América Latina como um todo. A Grande Depressão mostrou duramente ao país os limites próprios do seu modelo agroexportador, mudar os velhos paradigmas era vital para a continuidade do processo de desenvolvimento do capitalismo nacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), surge na agenda internacional o debate a respeito do subdesenvolvimento dos países chamados periféricos. Grosso modo, CEPAL foi pensada com o propósito de garantir a inserção de países periféricos da América Latina e Caribe por meio da cooperação e do desenvolvimento tecnológico e industrial, fazendo com que esses países se tornassem potências emergentes.

Do ponto de vista ideológico, a CEPAL foi extremamente relevante, pois viria inspirar e balizar futuros debates acerca dos caminhos a serem trilhados pelo processo de desenvolvimento econômico latino-americano. Além de influenciar, do ponto de vista político, vários governos nacionais durante o período, lançou a pedra fundamental do que viria a ser chamado de nacional desenvolvimentismo. Os primeiros trabalhos de destaque foram os do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004), esses dois economistas iniciaram o debate que se difundiria entre outros vários intelectuais e economistas durante as décadas seguintes na América Latina e no Brasil, influenciando o pensamento econômico vigente e as políticas econômicas adotadas.

No Brasil, o debate ideológico travado entre o líder industrial paulista Roberto Simonsen (1977) e o economista liberal carioca Eugênio Gudin (1977), no interior do governo Vargas entre os anos de 1944 e 1945, merece destaque. Este debate, que girou

em torno do papel do Estado e a necessidade, ou não, de se industrializar o Brasil, acabou por lançar as bases para uma disputa ferrenha de concepções econômicas díspares e que atravessaria as décadas seguintes.

De maneira geral, Simonsen defendia uma ampla política industrializante como o caminho viabilizador do processo de desenvolvimento brasileiro tendo o Estado como ator principal. De acordo com o paulista a diretriz que deveria orientar a política nacional de desenvolvimento seria a planificação da economia e o tratamento dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, bem como, de maneira geral, os sociais e econômicos. Por outro lado, Gudin, defendia a vocação agrária do país e criticava a proposta de planificação da economia defendida por Simonsen. Liberal, Gudin (1977) não acreditava na viabilidade de uma economia industrial no Brasil. O caminho a ser trilhado pelo país, de acordo com ele, seria o de aproveitar suas vantagens comparativas dadas pelo clima e pela extensão de terras férteis e se firmar no cenário mundial como grande exportador agrícola. Gudin, representando aqui o projeto liberal de desenvolvimento para país que vê no mercado o elemento dinâmico da atividade econômica. Contrasta com a visão desenvolvimentista, representada por Simonsen, que advoga a necessidade de intervenção e planejamento estatal para promover o desenvolvimento e evitar crises.

Do ponto de vista prático foi o projeto de desenvolvimento defendido por Simonsen e a ala desenvolvimentista, composta também por outros relevantes pensadores brasileiros, que fora levado a cabo no Brasil nas décadas que se seguiram e que ficou conhecido por nacional desenvolvimentismo. A fato de a opção desenvolvimentista ter sido o caminho escolhido se deve muito também ao próprio contexto ideológico internacional pós crise de 1929 em que a teoria liberal foi colocada em interrogação e se avançavam as recomendações keynesianas de intervenção estatal na economia a exemplo do New Deal nos Estados Unidos no governo do então presidente Franklin Roosevelt (1933-1945).

De acordo com Gonçalves (2012) o nacional desenvolvimentismo pode ser definido, de forma resumida, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio:

- 1- Industrialização substitutiva de importações;
- 2- Intervencionismo estatal;
- 3- Nacionalismo.

Ainda segundo o autor o nacional desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico que imperou entre 1930 e 1980 na América Latina e estava assentada na industrialização e na soberania dos países tendo na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) sua referência de maior destaque.

Aqui vale destacar que no plano estratégico, o nacional desenvolvimentismo tem como foco o crescimento econômico, fundamentado sobretudo na mudança da estrutura produtiva, isto é, na industrialização substitutiva de importações, e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Com relação à redução da vulnerabilidade externa, Gonçalves (2012) destaca três pilares a qual este se assenta, são eles:

- 1- Alteração do padrão de comércio exterior;
- 2- Encurtamento do hiato tecnológico;
- 3- Tratamento diferenciado para o capital estrangeiro.

Com relação ao primeiro pilar o objetivo era reduzir a dependência de exportação de produtos primários como as commodities, mudar a estrutura de importações e reduzir o coeficiente de penetração das importações industriais. Com relação ao segundo objetivava o fortalecimento do sistema nacional de inovações. Com relação ao terceiro pilar o objetivo era proteger capitais de setores selecionados ou ditos estratégicos internamente, permitindo a entrada de capital estrangeiro de acordo com a estratégia definida. De acordo com Gonçalves (2012), o nacional desenvolvimentismo reservou papel de protagonismo o investimento estatal e para o capital industrial nacional ainda que tenha contado sobremaneira com o suporte do financiamento e investimentos estrangeiros.

No plano da política econômica, o nacional desenvolvimentismo se baseia na planificação da economia, isto é, no planejamento econômico. Cita-se o planejamento em relação à política comercial protecionista, a política industrial ativa, investimentos estatais em setores estratégicos e, de acordo com Bielschowsky (1988), a preferência revelada pelo capital privado nacional e subordinação da política macroeconômica estabilizadora à política de desenvolvimento, expressa de acordo com Gonçalves (2012) em política fiscal expansionista, juro real negativo, câmbio diferenciado e expansão do crédito seletivo.

Cabe, porém, destacar que apesar do rótulo de nacional desenvolvimentismo e a preferência pelo capital privado nacional, o desenvolvimentismo latino americano, dadas

as suas limitações internas, se apoiou fortemente no capital estrangeiro, levando à constituição de um capitalismo dependente e fortemente associado. Este assunto será discutido com maior profundidade nas próximas sessões.

No que se refere aos resultados pragmáticos da ideologia nacional desenvolvimentista e trazendo a análise para o âmbito do Brasil, no período de predomínio das políticas econômicas de cunho desenvolvimentista, o país manteve uma das taxas médias de crescimento econômico mais elevadas do mundo. De acordo com Fiori (2001), apesar de já se pode notar um avanço da indústria no Brasil já na década de 1930, foi sobretudo nos anos 1950 que a indústria se consolidou como eixo dinâmico da economia brasileira.

O modelo de industrialização por substituição de importações implantado no Brasil obteve resultado satisfatório no que se refere à expansão industrial, sobretudo porque logrou implantar um relevante parque industrial que além de moderno era diversificado, por sua vez, o mais importante entre os países da periferia. Esse processo de industrialização que, como destaca Fiori (1995), se consolida na segunda metade dos anos 1950, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, foi possível graças à associação entre as grandes empresas multinacionais e os capitais privados nacionais, ambos impulsionados pelos investimentos estatais expressivos em indústrias de base e infraestrutura. Ainda de acordo com o autor, coube ao estado desenvolvimentista a tarefa de promover o crescimento, gerir o ciclo econômico, disciplinar a distribuição da riqueza e tomar frente da inserção mundial dos interesses nacionais, o que por si só, elevou o Estado a uma posição decisiva na reprodução social, econômica e política da sociedade em construção.

Importante destacar, entretanto, que se por um lado observou-se no Brasil um avanço do crescimento econômico no período em discussão, por outro, houve significativo aumento das desigualdades sociais. De acordo com Coletti (2015), esse foi o resultado do chamado pacto conservador no qual se apoiou o projeto desenvolvimentista de expansão industrial da economia brasileira. Esse pacto conservador, de acordo com o autor, possuía três regras de ouro. A primeira se referia à manutenção da estrutura fundiária que vetou qualquer tipo de reforma agrária no país, a segunda regra foi a que definiu o formato da estrutura industrial nacional, fundamentada numa combinação desigual entre empresas estrangeiras, estatais e o capital privado nacional, tendo como amparo os pesados investimentos públicos em setores indispensáveis à industrialização. A terceira e última regra, de acordo com Coletti (2015), diz respeito a presença massiva

do Estado nas relações trabalhistas e sindicais que veio a garantir ao capital uma industrialização com baixos salários e com utilização extensiva e rotativa da mão de obra, por sua vez pouco qualificada.

Do ponto de vista da desconcentração regional o período que culmina com o avanço do pensamento desenvolvimentista no plano político e econômico nacional, bem como as políticas econômicas de desenvolvimento regional que foram levadas a cabo no período como o Plano de Metas, Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) -falaremos com maior profundidade sobre eles adiante- levaram ao que Cano (2008) chamou de desconcentração regional virtuosa da economia. De acordo com o autor houve excepcional crescimento do setor primário, secundário e urbano no período, com notável diversificação da estrutura produtiva industrial nacional.

No que se refere ao crescimento da indústria de transformação, na década de 1970, São Paulo apresentou um crescimento de 120%, aumento quantitativo superado, todavia, pela periferia nacional que no mesmo período apresentou crescimento de 164% em sua indústria de transformação. Era o ápice do processo de desconcentração produtiva regional no Brasil em que a desconcentração ocorreu mediante ao crescimento econômico de todas as regiões, porém, desta vez, com maior intensidade nas regiões fora do Sudeste. Ainda de acordo com Cano (2008), no período, os nexos inter-regionais se fortaleceram e a estrutura industrial do país se diversificou, tendo os bens intermediários, de capital e duráveis de consumo crescido mais que os bens não duráveis de consumo.

1.4.2 Os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico

Aqui cabe uma breve explanação sobre os planos de desenvolvimento econômico citados anteriormente. A discussão sobre os planos econômicos e seus desdobramentos se faz necessária, uma vez que as medidas econômicas adotadas em cada uma delas, segundo ressalta Rodrigues (2015), vão estabelecer e definir, de acordo com o seu momento histórico, as regras do modelo de industrialização, as regras da função das empresas estatais, nacionais e estrangeiras, do tratamento ao capital estrangeiro, da maior ou menor autonomia nas decisões econômicas por parte do Estado nacional frente aos

centros capitalistas industriais e financeiros, das possibilidades de participação popular e da política salarial.

De modo geral os planos econômicos implementados no período desenvolvimentista da economia brasileira simbolizavam de um lado a situação que se encontrava a luta de classes, de outro lado os interesses das burguesias e sobretudo o cenário político e econômico internacional.

O Plano de Metas (1956-1960), elaborado e implementado no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, foi um programa desenvolvimentista que teve como referência as análises e debates discutidos pelo grupo formado em 1952 pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). De acordo com Rodrigues (2015), a principal meta do Plano de Metas foi o de promover a industrialização do país, com forte participação do Estado, do capital internacional e das empresas nacionais e estrangeiras. O capital externo passou a ocupar papel de destaque aliado às novas estratégias das empresas transnacionais em relação aos países da periferia para a reprodução ampliada do capital em seu território.

Ainda sobre o Plano de Metas, é fulcral destacar o processo de transnacionalização em que passou a economia brasileira no período em um momento em que o capitalismo monopolista exigia maior integração da economia nacional e alterações estruturais para o capital internacional poder se instalar no país. Rodrigues (2015), ressalta que a classe dominante brasileira, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, não mediu esforços para atender a demanda do capital internacional.

O Plano de Ação Econômica do Governo para o período 1964-1967, formulado no âmbito de uma ditadura de orientação conservadora, tinha como objetivo, entre outros, conter o processo inflacionário (fruto em grande medida do alto endividamento contraído pelo país no Plano de Metas pela emissão de moeda e contração de dívida externa), e preparar as bases para o crescimento econômico de longo prazo. Para tanto, Rodrigues (2015) ressalta, que o plano do governo implementou várias medidas, principalmente financeiras, decorrente da compreensão de que não havia mais possibilidade do financiamento inflacionário no país, então seria necessário assegurar recursos para o Estado, por isso a reforma tributária também era importante. As reformas realizadas, em situação de ditadura e, portanto, livre de oposição oficial, favoreceram a entrada do capital

estrangeiro, a partir de investimentos financeiros, pois instituiu-se a correção monetária e a rentabilidade de títulos públicos.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (PND I e PND II), também implantados sobre a perspectiva do pensamento desenvolvimentista completa o bojo das políticas de desenvolvimento econômico implantadas no período em tela. Grosso modo, de acordo com Fonseca (2008), com a elaboração do II PND (1975-1979), o governo de Geisel reformulou a estratégia desenvolvimentista proposta pelo I PND (1972-1974). O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento possuía foco no fomento à produção de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis e outros). Já o II PND passou, segundo o autor, a salientar o incentivo à geração de energia e à produção de insumos básicos como o petróleo, alumínio e o aço e de bens de capital como máquinas, fábricas e ferramentas.

O II PND incentivou os investimentos industriais no qual se beneficiaram amplamente as empresas de origem internacional. O plano econômico, ressalta Rodrigues (2015), colocou o Estado, a partir de financiamentos e fortalecimento das empresas estatais, a reboque de tal política e como subsidio às empresas transnacionais, com o fornecimento de bens e serviços que essas empresas demandavam e, além disso, também incentivou o endividamento externo, em uma situação de elevada oferta de divisas no mercado internacional e taxa de juros baixa, porém flexível. O problema de tal fato, residiu, entretanto, no fato de que em 1979 ocorre o choque do petróleo e os Estados Unidos aumentam significativamente a taxa de juros em dólar, elevando sobremaneira a dívida brasileira. Quando estoura o que se convencionou a chamar de a crise da dívida externa brasileira, o país a voltar a canalizar o excedente de sua economia para pagar os juros dessa dívida e, posteriormente, adere às diretrizes do neoliberalismo, comprometendo ainda mais as possibilidades de controle sobre seu excedente econômico.

1.4.3 As superintendências de desenvolvimento regional

No interior dos referidos planos nacionais de desenvolvimento econômico foram criadas as superintendências de desenvolvimento regional. Era a primeira vez em que se criava instituições dedicadas à questão do planejamento regional. Como já visto anteriormente, estavam cada vez mais latentes as desigualdades regionais no Brasil,

especialmente, a região Nordeste que havia se constituído em motivo de preocupação de políticas federais desde a primeira década do século XX, com a criação, por exemplo, da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (Ifocs), em 1909.

Entretanto, de acordo com Neto et. al. (2016), somente na década de 1950 é que se tomou impulso o esforço de planejamento e criação institucional. No governo Vargas, houve também a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, e depois, em 1956, no governo Juscelino Kubitschek, tendo à frente Celso Furtado, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) culminando, em 1959, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no âmbito do Plano de Metas. Também foram criadas em 1966 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966 e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) já no governo militar e no âmbito do PAEG em 1967.

De acordo com Neto et. al. (2016), deu o tom ao funcionamento dessas superintendências regionais o objetivo de realizar o processo de industrialização nas chamadas periferias nacionais, com o objetivo de fazer as regiões Nordeste e Norte alcançarem níveis mais elevados de produto por habitante, a partir da atração e da implantação de setores industriais novos nos tecidos produtivos regionais preexistentes. Ainda de acordo com Neto et. al. (2016) os instrumentos e recursos da política regional nacional explícita destinaram-se, prioritariamente, para a atração de empreendimentos privados externos às regiões-alvo, sendo os mecanismos de isenção fiscal e financeira intensamente utilizados para permitir a redução do custo de instalação do capital produtivo e consequente manutenção ou aumento da rentabilidade deste capital externo às três regiões.

A trajetória das superintendências regionais de desenvolvimento foi semelhante. Elas surgiram do imperativo de reduzir a imensa desigualdade socioeconômica do Brasil, proporcionaram algumas conquistas para suas regiões, entretanto acabaram, de acordo com muitos estudiosos do assunto, tendo os objetivos deturpados pela ditadura militar. Já na redemocratização do país, sucumbiram à corrupção. A Sudeco foi a primeira a ser extinta, em 1999, no governo Collor de Mello. A Sudene e a Sudam foram extintas juntas, no ano de 2001, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, que as substituiu por uma estrutura mais enxuta, na forma de Agências de Desenvolvimento.

Para Couto e Xavier (2020) o debate é retomado em 2003 com a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) no primeiro governo Lula, institucionalizado em 2007 pelo decreto nº 6.047 e atualizado em 2019 pelo decreto 9.810 já no governo Bolsonaro, como parte de um esforço de se repensar políticas focalizadas na problemática, a partir de um diagnóstico socioeconômico que denota a manutenção das disparidades regionais e propõe uma reversão dessa realidade via exploração dos potenciais de desenvolvimento das regiões no país. A discussão aprofundada dessa questão se dará em momento oportuno nas próximas sessões.

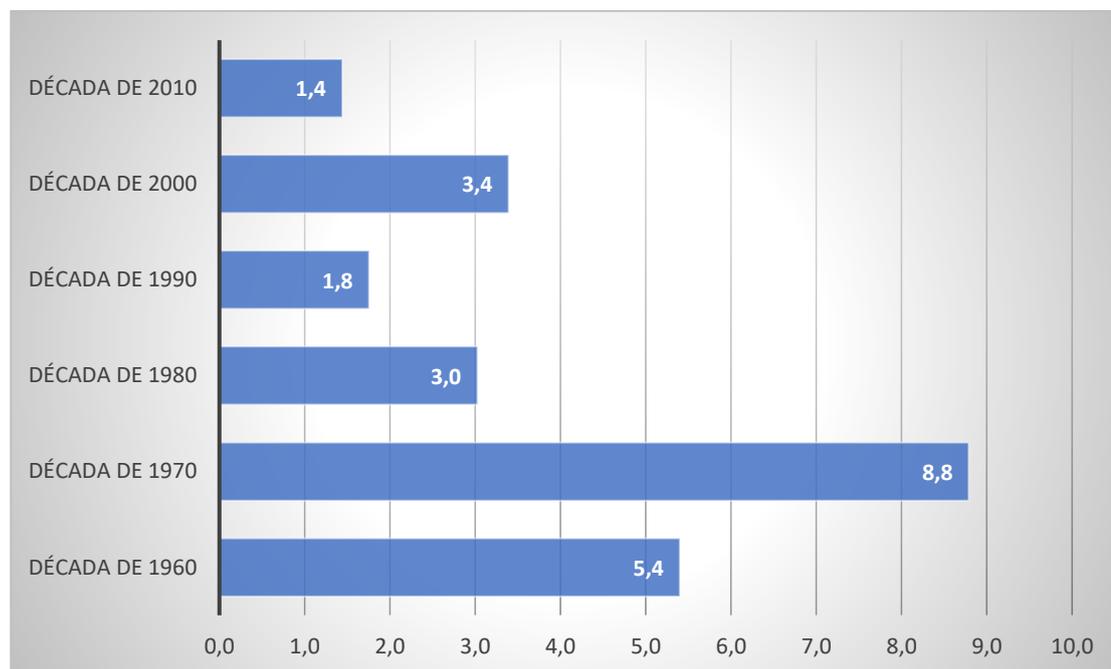
CAPÍTULO 2 – DA INFLEXÃO À RETOMADA DA DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA

2.1 Esgotamento do nacional desenvolvimentismo, neoliberalismo e a desconcentração espúria (1980-1990)

De acordo com Fiori (2001) no início da década de 1980, quatro choques, quase simultâneos, como o aumento das taxas de juros internacionais, o aumento do preço do petróleo, a queda dos preços das commodities e a exclusão do Brasil do mercado financeiro internacional, após a moratória do México no ano de 1982 culminaram com efeito em cadeia sobre a inflação, o endividamento interno, o câmbio e, conseqüentemente o crescimento econômico. Em última instância esses choques adversos culminaram também com o esgotamento e falência do modelo estatal ou desenvolvimentista de crescimento econômico adotado nas décadas anteriores.

O esgotamento do modelo desenvolvimentista desembocou na chamada “década perdida” caracterizada pela estagnação econômica e pela hiperinflação, resultado, por seu turno, das políticas ortodoxas recessivas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir da crise da dívida externa brasileira. Só para citar um dado (ver gráfico 01), a economia brasileira nos anos 1980 e 1990, cresceu a uma média de 3% e 1,8%, respectivamente, ao ano, número substancialmente inferior aos apresentados nas décadas anteriores: 8,8% de crescimento nos anos 1970 e 5,4% nos anos 1960.

Gráfico 01- Média da taxa de variação real do PIB por ano por década (%) - Brasil



Fonte: IBGE. Informações disponíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central. Elaboração: O autor.

A década de 1980 e, principalmente a década de 1990, foram marcadas pelo avanço do pensamento e do receituário neoliberal² no Brasil. No plano ideológico a ascensão da programática neoliberal no Brasil remonta ao Consenso de Washington, que ocorreu em 1989 na capital dos Estados Unidos, em que, no bojo das discussões travadas, se concretizou a efetiva confirmação da proposta neoliberal que o governo norte-americano recomendava como pré-condição à concessão de ajuda financeira externa. Para Teixeira (1998), o conjunto das deliberações aprovadas no Consenso de Washington³ pode ser condensado em dois aspectos fundamentais, sendo eles a redução do tamanho do Estado e abertura da economia.

² Sobre o neoliberalismo ver: HARVEY, David. O neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

³ Um esboço do plano neoliberal deu-se com as 10 regras do Consenso de Washington, que propôs uma cartilha básica que as economias neoliberais (em especial as economias em desenvolvimento que quisessem aderir à ajuda oferecida pelo FMI e pelo Banco Mundial) deveriam seguir. São elas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; ruros de mercado; câmbio de mercado; rbertura comercial; investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação (flexibilização de leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade intelectual.

Do ponto de vista da ação política concreta, os principais elementos que caracterizam a política neoliberal que foi implementada no Brasil, sobremaneira a partir do governo Collor de Melo (1990-1992), são a orientação de abertura financeira e comercial das economias ao capital internacional, forte política de privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e redução de direitos trabalhistas e sociais.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, as estratégias nacional-desenvolvimentistas foram abandonadas. Nesse novo cenário de avanço do neoliberalismo, caracterizado por uma mudança profunda no padrão de intervenção do Estado na economia, seja para a liberação das forças de mercado, seja para a redução do chamado intervencionismo de tipo desenvolvimentista, o desenvolvimento de cada região ficou a cargo das próprias regiões. Não haveria mais aqui, um ator que comandasse, regulasse ou comandasse o processo de desenvolvimento regional. No que se refere ao movimento de disputa inter-regional por recursos e investimentos, Abdal (2017) destaca ainda que, houve um processo de desresponsabilização do Estado nacional pelo desenvolvimento regional, com a conseqüente responsabilização dos estados e municípios pelos seus respectivos destinos econômico-produtivos. Essa transferência de responsabilidades, segundo o autor, ao mesmo tempo em que promoveu o deslocamento do lugar das políticas de desenvolvimento, foi acompanhada por uma mudança de foco que deixou de ser o combate às desigualdades regionais, passou a ser o da promoção da competitividade regional, mesmo que isso em muitas vezes viesse a implicar em novos desequilíbrios regionais e em uma competição nada salutar por recursos e investimentos.

De acordo com Abdal (2017), no período, o processo de reestruturação produtiva avança e se caracteriza por um rápido processo de modernização tecnológica das empresas via importação de máquinas e equipamentos, alavancado pelo contexto macroeconômico do Plano Real, a saber, moeda estável, altas taxas de juros e câmbio valorizado. Ainda de acordo com o autor o processo de reestruturação encerrou uma tendência de aumento da produtividade desacompanhada de aumento do nível de emprego, cujos principais determinantes foram a externalização de atividades não ligadas ao centro da produção, a introdução de novas formas de organização da produção e a eliminação de linhas e produtos menos competitivos.

Se do ponto de vista do desenvolvimento regional houve uma inflexão no processo, também não foi diferente do ponto de vista da desconcentração regional que, a partir de 1980 até meados de 2000, Cano (2008) a chamou de espúria. De acordo com o

autor no período da década perdida, de elevada inflação e baixo crescimento econômico, tanto o estado de São Paulo como o restante do país apresentaram baixo crescimento e o pequeno decréscimo da participação de São Paulo (desconcentração regional produtiva) decorreu, em vários segmentos produtivos, de diferenciais de taxas negativas ocorridas em ambas regiões ou, se positivas, de baixa dimensão. Isso significou uma desconcentração muito mais por efeito estatístico do que decorrente de expressivos aumentos territoriais de produção. Cano (2008) também ressalta que os instrumentos da chamada Guerra Fiscal já davam seus primeiros passos, alterando artificialmente a localização de pequena fração da produção industrial, fazendo com que aumentasse essa desconcentração aparente, ou espúria em seus termos.

Os anos posteriores à 1989 até a metade dos anos 2000, caracterizado pela adoção das políticas macroeconômicas de corte neoliberal, período no qual, embora a inflação fosse fortemente reduzida a partir de julho de 1994, o crescimento médio anual da economia, em especial da indústria de transformação, permaneceu baixo. Para Cano (2008), embora o expressivo crescimento das exportações agropecuárias e minerais e a significativa expansão da produção de petróleo tenham afetado positivamente a desconcentração, ela continuou predominantemente espúria, dado que a Guerra Fiscal foi intensificada por todo o território nacional. Para o autor o enfraquecimento dos eixos estruturantes da perspectiva nacional abre um vasto espaço para a concorrência entre os lugares, tomada pela lógica empresarial privada. Uma espécie de leilão se dá para a atração de grandes empreendimentos privados, em que a única certeza são os custos e as concessões por parte dos governos locais, mas não as contrapartidas das empresas

2.2 A retomada do processo de desconcentração produtiva no Brasil (1990-2020)

Ao se optar pelo uso do termo “retomada” para definir o processo de desconcentração produtiva vivenciado pelo Brasil pós década de 1990, corre-se o risco de induzir o leitor a interpretar que esse processo retoma nos mesmos moldes o processo trilhado pelo país no seu auge de desconcentração produtiva. Por este motivo, adverte-se que o que ocorre, na verdade, é uma continuidade, em novos contextos, do processo iniciado na década 1970, porém agora com novas dinâmica e intensidade.

Se em 1970 a desconcentração se torna vigorosa, na década de 1980 ela perde o ritmo anterior e agora, novamente, procura retomar os seus rumos. O que se tem de

registrar é que ela, desde que iniciada, não deixou de acontecer, seja mais ou menos vigorosa, “virtuosa” ou “espúria”, a desconcentração é um processo que teve continuidade, mesmo na década de 1980 onde a política nacional de desenvolvimento regional fora deixada de lado, por razões vistas anteriormente. O desafio está posto e compreender como tem se dado o processo de desconcentração recente na economia brasileira é fulcral para o entendimento da dinâmica própria do capitalismo nacional. É com este objetivo que se propõe as sessões seguintes.

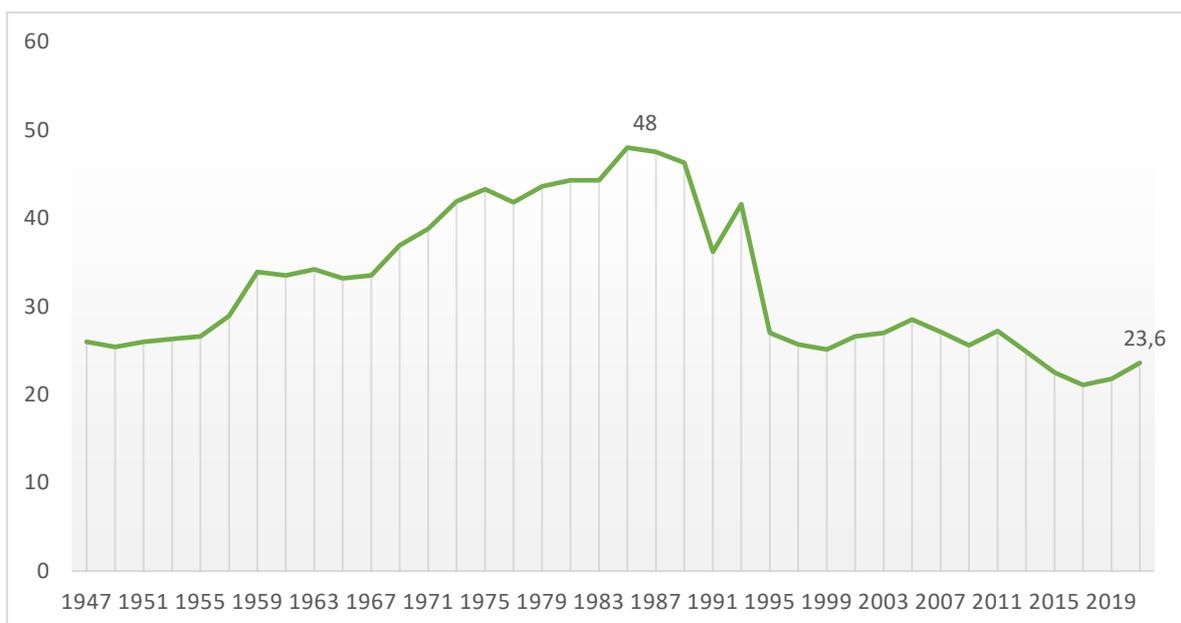
2.2.1 Industrialização tardia e desindustrialização precoce: A trajetória recente da atividade industrial no Brasil

Se por um lado, o Brasil passou por um processo de industrialização tardio ou retardatário⁴, enquanto Inglaterra, por exemplo, consolidava já na segunda metade do século 19 a sua Segunda Revolução Industrial, por outro, o país vive um processo gradual e precoce de desindustrialização de sua estrutura produtiva. Cano (2012), analisa que o processo de desindustrialização em curso no Brasil se deve a fatores como ausência de políticas industriais e de desenvolvimento aliado a juros elevados com falta de investimentos produtivos, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial.

De acordo com dados do IBGE, no seu auge o setor industrial brasileiro contribuiu, em 1985, com 48% do PIB nacional e desde então vem perdendo participação na composição deste indicador. Em 2017 a sua participação atinge a mínima histórica de 21,1% e em 2021 o setor industrial retoma timidamente contribuindo com 23,6% do PIB, o gráfico 02 ilustra os dados.

Gráfico 02- Participação da indústria total (%) no PIB brasileiro 1947-2021

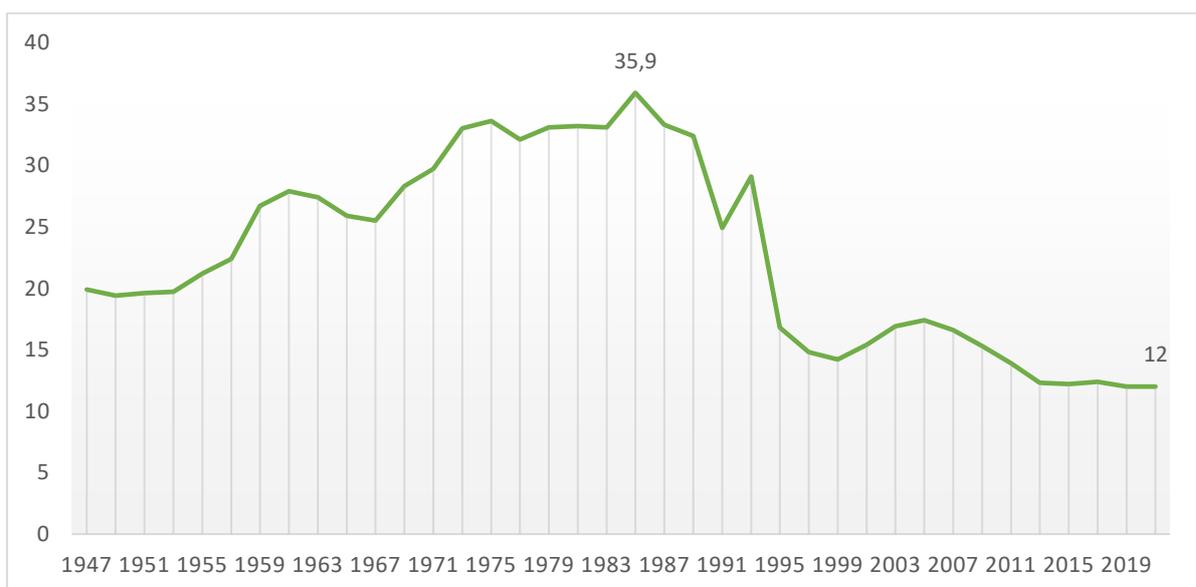
⁴ A industrialização do Brasil é considerada um processo tardio, uma vez que teve início cerca de um século após o surgimento das primeiras indústrias na Europa. As primeiras manufaturas foram abertas país durante o século XIX, mas foi somente a partir da década de 1930 que o processo ganhou força. Para saber mais sobre a industrialização retardatária do Brasil ver *Capitalismo Tardio* de João Manoel Cardoso de Mello (1975).



Fonte: Contas Regionais do Brasil (IBGE). Elaboração: o autor.

Como pôde se observar no gráfico 02, entre 1985 e 2021 a participação da indústria total na formação do produto nacional caiu pela metade. A constatação é ainda mais evidente na indústria de transformação que no mesmo período perdeu participação em mais de 66% na composição do PIB, caindo de 35,9% em 1985 para 12% em 2021. Observe o gráfico 03.

Gráfico 03- Participação da indústria de transformação (%) no PIB brasileiro 1947-2021



Fonte: Contas Regionais do Brasil (IBGE). Elaboração: o autor.

De acordo com Ribeiro et al. (2021), o processo de desindustrialização já ocorre em países desenvolvidos desde a década de 1960 e 1970 e não necessariamente deve ser classificado como um processo negativo, uma vez que a queda na participação da indústria no emprego e no valor adicionado pode estar associada a uma transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. Ainda de acordo com os autores, a desindustrialização, nesses países, estaria acompanhada do aumento na produção de bens industrializados intensivos em trabalho qualificado, ligados a setores de alto conteúdo tecnológico. Assim, esse padrão de desenvolvimento gera redução do emprego industrial, em termos relativos.

Segundo Ribeiro et al (2021), o mesmo não ocorre, entretanto, nos países pobres ou subdesenvolvidos que, por sua vez, não consolidaram ainda os impactos positivos da industrialização. Palma (2005) definiu como precoce o processo de desindustrialização nesses países e destaca que tem se efetivado com frequência no âmbito da América Latina. De acordo com o autor, a desindustrialização assume, nos países subdesenvolvidos, um perfil diferente daquele observado nas economias desenvolvidas, pois a expansão relativa se manifesta em segmentos econômicos de menor valor agregado, como agricultura e mineração, o que pode limitar seriamente o seu crescimento econômico.

De acordo com Neto et al. (2020), a forma pela qual a reestruturação da atividade industrial se apresentou nas últimas décadas no Brasil possui um caráter predominantemente regressivo:

Para efeitos da presente discussão, a regressividade industrial é definida pela atuação conjunta de três fatores: a) baixo crescimento de seu VTI, b) redução da produtividade média por trabalhador, e c) perda de densidade industrial pelo aumento de importância das atividades intensivas em recursos naturais e em trabalho. (NETO et al, 2020, p. 586)

Sobre o primeiro fator, os autores identificaram, ao analisar os dados do VTI da indústria brasileira entre os anos de 1996 e 2015, que o ajustamento da indústria nacional se caracterizou pelo predomínio de baixas taxas anuais de crescimento da atividade produtiva. Como pode se observar na tabela 01 é possível verificar, de acordo com dados compilados por Neto et al. (2020), dois movimentos distintos. No primeiro movimento, a indústria extrativa avança mais de 14% no seu VTI entre os anos de 1996 a 2015, no segundo, a indústria de transformação avança tímidos 1,23%. O movimento de acelerado crescimento da indústria extrativa, entretanto, pouco conseguiu alterar a trajetória de

crescimento do VTI da indústria total que permaneceu relativamente baixo, 1,8% no período.

Outra informação relevante que os dados apresentam diz respeito à classificação das indústrias por fator competitivo. Chama atenção o crescimento das indústrias intensivas em recursos naturais, entre os anos 1996 e 2015 seu VTI aumentou em 4,29% enquanto as intensivas permaneceram praticamente estagnadas e as intensivas em trabalho e diferenciadas com redução em seu VTI. Destaque também para a indústria baseada em ciência com aumento em 4,81%, de acordo com Neto et al. (2020), essas apresentam também forte aceleração, entretanto, partem de uma base comparativa pequena e estão em fase de consolidação de suas atividades.

Quanto ao segundo fator, a saber a redução da produtividade da indústria, Neto et al. (2020) destacam que em processos de modernização produtiva e de mudança estrutural é esperado que as atividades industriais sejam portadoras da elevação da produtividade geral da economia. Nas décadas recentes, contudo, isso aconteceu com pouca intensidade no Brasil. A produtividade industrial média, estimada pela relação entre o VTI e o número de pessoas ocupadas na indústria (VTI/POC) apresentou características divergentes do padrão esperado. Como pode se observar na tabela 01, de maneira geral a indústria teve um decréscimo em sua produtividade entre os anos de 1996 a 2015 em 0,12%. Destaque novamente para a indústria de transformação, especificamente no período entre 1996 e 2006 em que o índice produtividade caiu em 1,9%, isso se deu, de acordo com os autores, devido aos impactos da abertura comercial.

Entre os anos de 2007 e 2015, entretanto a indústria de transformação retoma o crescimento da sua produtividade, entretanto insuficiente para reverter o quadro de perda de produtividade visto nos anos anteriores. Na indústria extrativa, por outro lado, a produtividade média se elevou em 4,82% no período de 1996 a 2015, ante 0,12% da indústria de transformação. O movimento foi mais intenso no período 1996-2006, puxado sobremaneira pelo boom das commodities no mercado internacional, no período a produtividade média do setor avançou em 6,9%.

Quanto ao terceiro fator, especialização setorial regressiva, Neto et al (2020), destacam que a estrutura industrial brasileira de maneira geral perdeu densidade técnica no período. Do ponto de vista do VTI, a indústria de transformação vem perdendo participação no VTI da indústria total. Como pode se observar na tabela 01, em 1996 a

indústria de transformação participava com 97,7%, em 2015 caiu para 90,7%, atualizando os dados, em 2020 o movimento de queda na participação continuou e fechou o ano em 87,3%. Por outro lado, a indústria extrativa aumentou sua participação no período.

Do ponto de vista do fator competitivo também fica evidente o caráter regressivo da especialização setorial da indústria. Como pode se observar na tabela 01 as atividades ligadas ao setor de recursos naturais aumentaram consideravelmente sua participação nos últimos anos, de 34,5% do VTI industrial em 1996 para 49,5% em 2015. Portanto, pode-se verificar, a partir deste recorte analítico que houve no período forte especialização produtiva em atividades ligadas a recursos naturais. Assim, de acordo com os autores “ao invés de aumentar a diversificação setorial, o país viu sua indústria se tornar mais dependente e concentrada em ramos ligados a atividades baseadas em recursos naturais.” (NETO, et al, 2020, p. 589)

Tabela 01 - Evolução do Valor da Transformação Industrial (VTI), da produtividade média e composição (%) das atividades industriais no VTI, por tipo de indústria e fator competitivo no Brasil

	Taxas Geométricas Anuais (%) de Crescimento						Composição (%) do valor da transformação industrial (VTI)		
	Valor da Transformação Industrial (VTI)			Produtividade Média (VTI/POC)			1996	2006	2015
	1996/2015	1996/2006	2007/2015	1996/2015	1996/2006	2007/2015			
Total	1,81	1,66	1,93	-0,12	-1,43	0,83	100	100	100
Extrativa	14,5	4,31	9,38	4,82	6,93	2,39	2,3	8,2	9,3
Transformação	1,23	1,43	1,55	-0,54	-1,9	0,43	97,7	91,8	90,7
	Fator Competitivo								
Recursos naturais	4,29	3,22	3,81	1,51	2,03	0,78	34,5	44,7	49,5
Trabalho	-1,16	1,81	0,8	-0,91	-3,49	1,57	14,4	10,4	11,5
Escala	0,82	-0,7	0,4	-0,86	-1,06	-0,97	35,5	31,9	26,2
Diferenciada	-1,07	1,13	-1,26	-2,01	-3,04	0,65	13,4	9,8	7,1
Baseada em Ciência	4,81	1,73	6,59	-1,24	-2,16	0,28	2,3	3,2	5,7

Fonte: Dados brutos: Valor da transformação Industrial (VTI) e população ocupada (POC). Pesquisa Anual da Indústria - PIA, IBGE. Deflator utilizado: IPA-FGV (2015=100). Elaboração: Neto et al (2020)

Em suma, a continuidade do processo de desconcentração produtiva regional no Brasil, como revelam os dados, tem se processado, com relevantes transformações, em curso desde a década de 1990. Estas, por sua vez, devem ser levadas em conta ao se analisar o deslindamento da questão, em especial as transformações observadas na indústria extrativa e de transformação.

2.2.2 As novas tendências do desenvolvimento regional brasileiro: Recorte macrorregional

Novamente, do ponto de vista regional, destaca-se aqui as novas tendências do desenvolvimento regional brasileiro. Com vistas ao recorte macrorregional, o que se observa é uma tendência à perda de participação da indústria de transformação no VAB das regiões brasileiras. De acordo com Ribeiro et al (2021), o que se pode observar, com base na análise das contas regionais do Brasil, é que todas as regiões apresentaram crescimento relativo do setor de serviços no seu VAB. Segundo os autores, o setor agropecuário experimentou peso relativo superior à média nacional nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Nordeste. Destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste, cujas estruturas agropecuárias têm expressiva ligação com as atividades de exportação, o que se observa é uma importante tendência de crescimento da participação relativa desse setor a partir do ano 2005.

Ao observar os dados compilados na tabela 02, sobre a região Norte, o que se pode destacar é que a participação relativa do setor industrial caiu 1,4 ponto percentual no VAB total regional, ao passo que a indústria de transformação caiu 4,5 pontos percentuais entre 2002 e 2017. De acordo com Ribeiro et al (2021), a redução da importância relativa desse tipo de indústria na região se deve aos efeitos da perda de dinamismo da economia nacional sobre a produção industrial do Polo Industrial de Manaus (PIM), com a predomínio da indústria eletrônica e de motocicletas, que sofreram forte queda de demanda no contexto de crise econômico-financeira pós 2008, chamada também de crise do subprime americano.

A partir de 2012, alguns segmentos industriais instalados no PIM começaram a registrar queda da produção, o que se agravou em 2015. Por outro lado, a indústria

extrativa apresentou avanço de 3,3 pontos percentuais no período em análise, puxado sobremaneira, pelo boom das commodities. A ampliação da importância relativa da indústria extrativa na região Norte, destaca os autores, esteve relacionada à sua articulação aos fluxos de comércio internacional, em especial à expansão das exportações de minérios de ferro pelo estado do Pará, principal unidade da federação ofertante desse produto no mercado internacional, vale destacar ainda a presença da VALE na região, como uma importante empresa do setor de mineração.

A região Nordeste do Brasil, como pode se observar nos dados da tabela 02, apresentou queda no VAB da indústria total, extrativa e agro, estabilidade na indústria da transformação e avanço de 6,8 pontos percentuais no VAB do setor de serviços no período analisado. De acordo com Ribeiro et al (2021), após um período de crescimento entre os anos 2002 e 2009, a partir de 2010 a indústria de transformação começou a diminuir sua participação na estrutura produtiva, recuperando parte da participação relativa no VAB nos anos seguintes. Os autores destacam ainda que as políticas de atração de investimento, leia-se guerra fiscal, praticadas pelos estados do Nordeste no final dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000 influenciaram a tomada de decisões de investimentos principalmente de segmentos industriais intensivos em mão de obra, sobretudo o de calçados. Destaque também para as políticas de transferências de renda, investimentos do PAC e as políticas de combate aos efeitos da seca que contribuíram com o efeito de retomada de participação no VAB da indústria de transformação na região após a queda apresentadas nos anos anteriores.

Na região Centro-Oeste, como pode se observar, apresentou pequena ampliação do peso relativo da indústria de transformação na sua estrutura produtiva entre os anos 2002 e 2017, puxado pela expansão da agroindústria, notadamente a indústria de alimentos, bastante articulada à produção agropecuária. Por outro lado, é importante destacar ampliação de ramos mais sofisticados, como o farmacêutico e o automotivo, concentrados em municípios do estado de Goiás como Anápolis e Catalão.

É essencial destacar dois fatores explicativos para o aumento da importância relativa da indústria de transformação na região Centro-Oeste: i) a ampliação da produção agropecuária (sobretudo bovinos, milho e soja), em grande medida para exportação, provocou efeitos dinâmicos sobre setores como processamento de alimentos, frigoríficos, beneficiamento de sementes; além disso, ii) os três estados da região têm conseguido atrair investimentos industriais resultantes de incentivos fiscais. (RIBEIRO et al., 2021, p.13)

A discussão sobre a expansão do capital industrial para a região Centro-Oeste do Brasil e as implicações regionais do processo serão retomada com maior profundidade no capítulo três deste trabalho.

A região Sudeste, que concentra a maior parte da produção nacional, apresentou queda de 6,4 pontos percentuais de participação da indústria no VAB entre 2002 e 2017. A indústria de transformação teve sua participação na estrutura produtiva reduzida em 2,4 pontos percentuais. Seguindo a tendência da região Sudeste, na região Sul, que concentra mais de 20% da produção industrial nacional, a participação da indústria de transformação no VAB regional sofreu queda de 2,0 pontos percentuais.

Ainda com base nos dados das contas regionais do Brasil, Ribeiro et al (2021), propõe a seguinte periodização:

- 2002-2008: queda menos acentuada da participação da indústria de transformação sobre o VAB para todas as macrorregiões brasileiras;
- de 2008 em diante: queda mais acentuada da participação da indústria de transformação sobre o VAB para as macrorregiões, exceto para a região Centro-Oeste.

Essas informações sugerem, de acordo com Ribeiro et al (2021), que a dinâmica de crescimento do país no período de 2004 a 2008, advindo do dinamismo das atividades exportadoras, do fortalecimento do mercado interno e de estímulos ao investimento, em vez de evitar a desindustrialização nas macrorregiões brasileiras, a arrefeceu. Por outro lado, de acordo com os autores, após a crise do *subprime* de 2008, as mudanças na demanda internacional, em conjunto com uma sucessão de eventos que levaram a uma mudança de política macroeconômica e do ritmo de crescimento do país, intensificaram a queda da participação da indústria de transformação no VAB.

**Tabela 02 - Participação (%) das atividades econômicas no (VAB),
Brasil e macrorregiões brasileiras, em anos selecionados**

Ano	Brasil				Norte					Serviços
	Agro.	Ind. total	Ind. extrat.	Ind. transf.	Serviços	Agro.	Ind. total	Ind. extrat.	Ind. transf.	
2002	6,4	26,4	2	14,5	67,2	10,4	27,6	3,1	14,1	62
2007	5,2	27,1	3	16,6	67,7	7,9	27,4	3	15,2	64,7
2012	4,9	26	4,5	12,6	69,1	9,4	29,5	9,6	9,8	61,2

2017	5,3	21,1	1,6	12,4	73,5	10,5	26,2	6,4	9,6	63,3
2020	6,6	22,5	2,9	12,3	-	9,9	32,3	13,9	9,3	-
	Nordeste					Sudeste				
Ano	Agro.	Ind. total	Ind. extrat.	Ind. transf.	Serviços	Agro.	Ind. total	Ind. extrat.	Ind. transf.	Serviços
2002	10	23	1,9	9,7	67,1	3,1	27,9	2,7	15,6	69
2007	8,1	22	2,6	10,5	69,9	2,8	29,5	4,2	18,4	67,7
2012	6,2	21,7	2,7	7,6	72,1	2,4	27,7	6,4	13,4	69,8
2017	6,6	18,9	0,5	9,6	74,5	2,5	21,5	2,1	13,2	76,1
2020	8,9	19,1	0,8	9	-	2,7	22,8	3,6	12,9	-
	Sul					Centro-Oeste				
Ano	Agro.	Ind. total	Ind. extrat.	Ind. transf.	Serviços	Agro.	Ind. total	Ind. extrat.	Ind. transf.	Serviços
2002	10,8	29,1	0,2	19	60,1	11,5	16,3	0,4	6,5	72,2
2007	8,6	28,8	0,2	20,5	62,6	8,3	16,1	0,6	7,7	75,7
2012	7,3	28,1	0,2	18,1	64,6	10,8	16,8	0,6	7,4	72,4
2017	8,5	24,6	0,2	17	66,9	9,9	13,9	0,3	6,9	76,2
2020	9,9	25,3	0,2	16,9	-	14,5	15,4	0,3	8,2	-

Fonte: Contas regionais do Brasil (IBGE), vários anos. Elaboração: Ribeiro et al (2021). Atualizada pelo autor.

Observando a tabela 03 da participação percentual das cinco macrorregiões no VAB nacional e no VAB da indústria de transformação em anos selecionados, constata-se a continuidade da desconcentração regional da indústria brasileira. Os dados evidenciam que a desconcentração da indústria de transformação do Sudeste para demais regiões é mais intensa que a descontração do conjunto das atividades econômicas ou indústria total.

Tabela 03 - Participação (%) das cinco macrorregiões no VAB nacional e no VAB da indústria de transformação, em anos selecionados

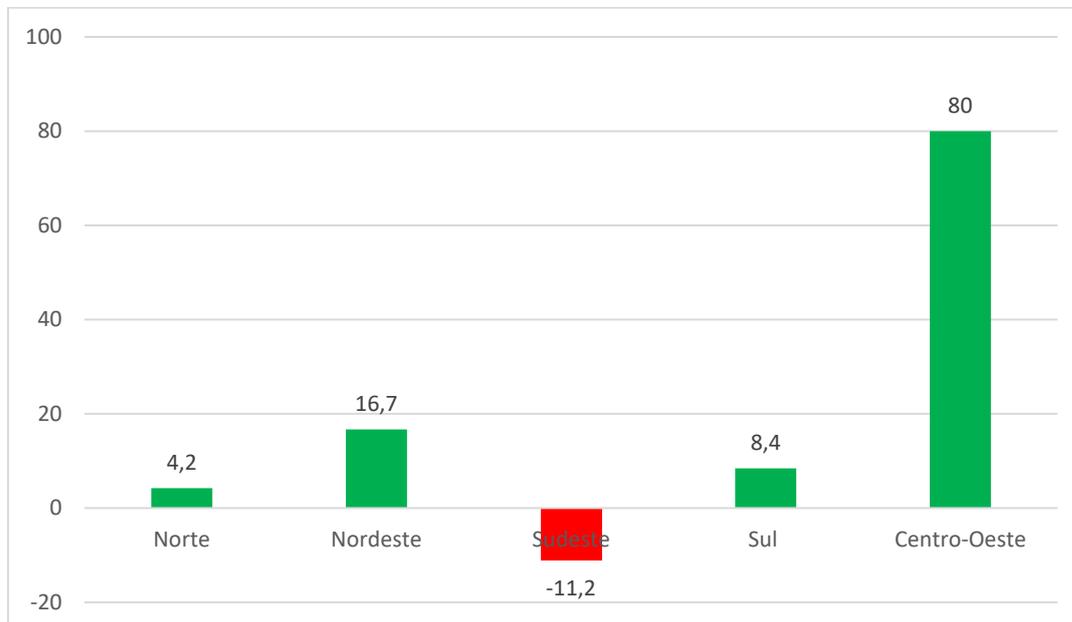
Regiões		2002	2005	2010	2015	2017	2018	2019	2020	2002-2020
Norte	Total	4,8	5,1	5,5	5,5	5,8	5,7	5,9	6,5	35,4
	Ind. transformação	4,7	4,7	4,7	4,6	4,5	4,2	4,4	4,9	4,2
Nordeste	Total	13,5	13,4	13,9	14,5	14,8	14,7	14,4	14,4	6,7
	Ind. transformação	9	8,7	9	10,7	11,4	11,1	10,8	10,5	16,7

Sudeste	Total	56,5	56,7	55,3	53,2	52	52,2	52,3	51,3	-7,4
	Ind. transformação	60,8	61,9	60,2	55,5	55,1	55,3	54,6	54	-11,2
Sul	Total	16,4	16	16	16,9	17,1	17,1	17,2	17,1	4,3
	Ind. transformação	21,5	20,6	21,1	23,4	23,3	23,3	24,4	23,3	8,4
Centro-Oeste	Total	8,9	8,9	9,3	9,9	10,3	10,3	10,2	10,8	21,3
	Ind. transformação	4	4,1	5,1	5,8	5,8	5,7	5,5	7,2	80

Fonte: Contas regionais do Brasil (IBGE), vários anos. Elaboração: Ribeiro et al (2021) Atualizada pelo autor.

O gráfico 04 evidencia que somente entre os anos de 2002 e 2020, a região Sudeste perdeu participação em 11,2% da sua indústria de transformação no VAB nacional enquanto, por outro lado, a região Centro-Oeste aumentou sua participação em 80%.

Gráfico 04 - Variação da Participação da Indústria de Transformação (%) no VAB nacional 2002-2020- Regiões Brasileiras

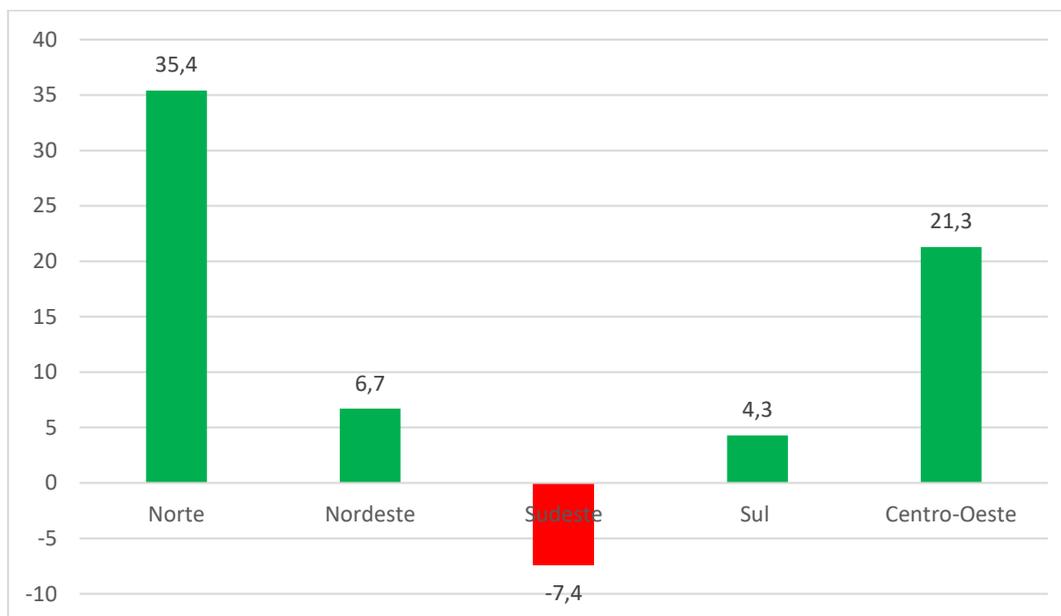


Contas regionais do Brasil (IBGE), vários anos. Elaboração: o autor.

O mesmo fenômeno é evidenciado no gráfico 05 sobre a participação da indústria total das regiões brasileiras no VAB nacional. A região sudeste perde participação no

mesmo período (-7,4%) enquanto que a indústria do Nordeste e Centro-Oeste aumentam sua participação em 35,4% e 21,3% respectivamente.

**Gráfico 05 - Variação da Participação da Indústria Total (%) no VAB nacional
2002-2020- Regiões Brasileiras**

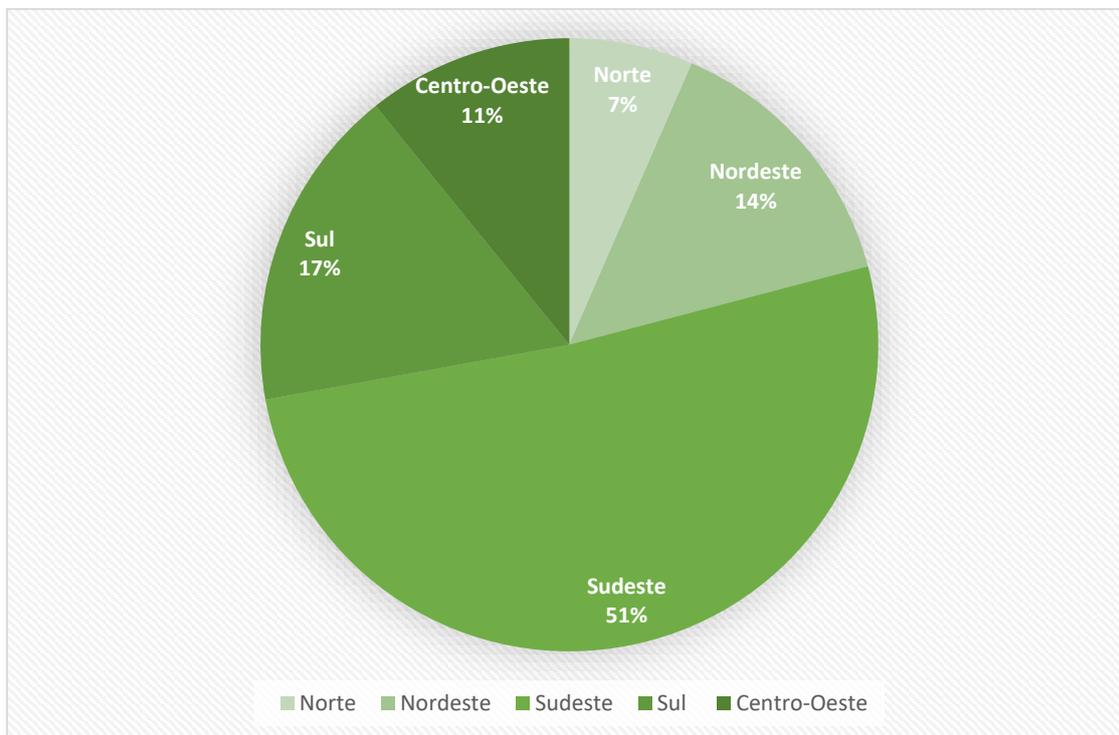


Contas regionais do Brasil (IBGE), vários anos. Elaboração: o autor.

Em que pese o curto período de análise (2002-2020), é possível perceber a dinâmica regional da indústria no Brasil nos últimos anos. Ainda concentrada na região Sudeste e Sul do país (Ver mapa 01), a indústria da transformação está avançando para as outras regiões. A tendência verificada no período analisado é do aumento da participação dessa indústria na Região Centro-Oeste que aumentou sua participação relativamente à região Norte e se aproximou da região Nordeste, contudo ainda muito distante da região Sudeste.

No mapa 02 sobre a indústria total se verifica a mesma tendência, com a região Centro-Oeste se aproximando da região Nordeste em termos de participação no VAB da indústria total brasileira, entretanto ainda distante da região mais industrializada do país. Como também pode se observar no gráfico circular 06 abaixo, onde a região Sudeste do país, ainda em 2020 concentra mais de 50% da indústria nacional.

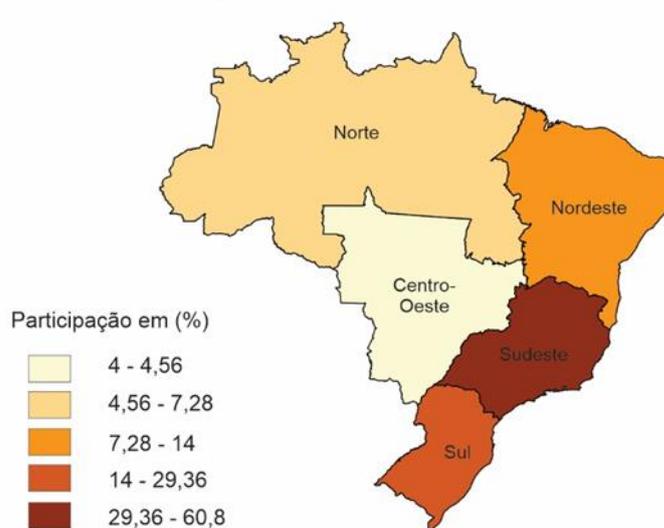
Gráfico 06- Participação da indústria total (%) das cinco macrorregiões no VAB nacional- Ano 2020



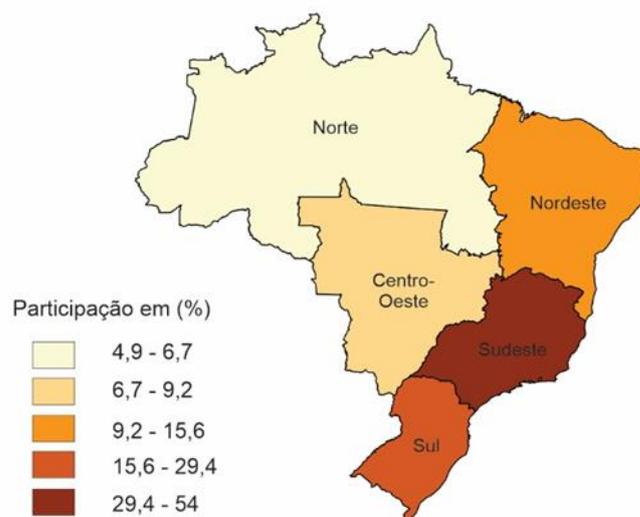
Contas regionais do Brasil (IBGE), vários anos. Elaboração: o autor.

A síntese dos dados apresentados em escala macrorregional evidencia a tese da desconcentração da indústria do Sudeste para demais regiões brasileiras, principalmente em direção às regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país. Entretanto, essa tese ganha novos contornos quando tomada a partir do recorte ou escala territorial das microrregiões geográficas.

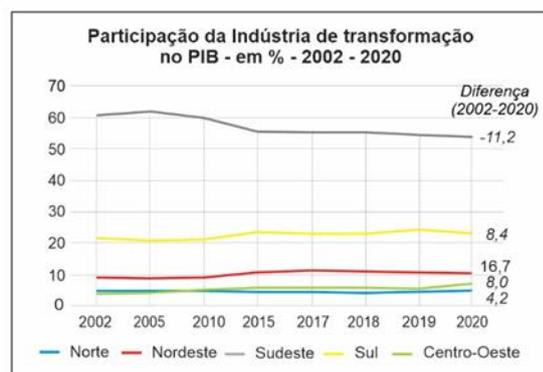
MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB - EM %, POR REGIÃO DO BRASIL - 2002



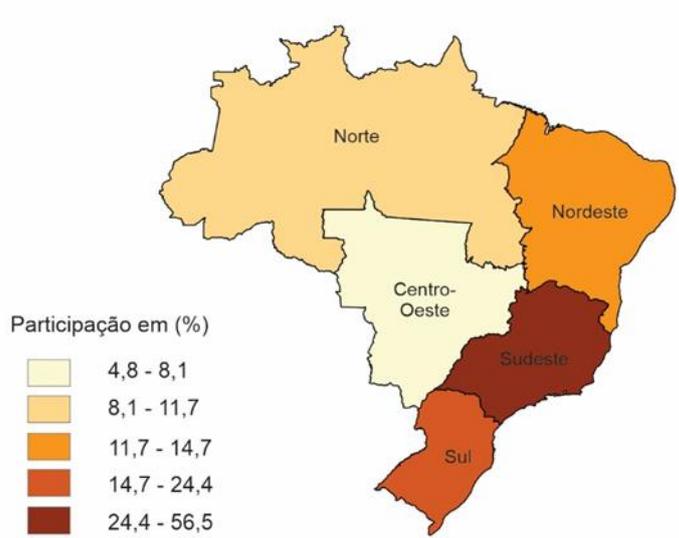
PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB - EM %, POR REGIÃO DO BRASIL - 2020



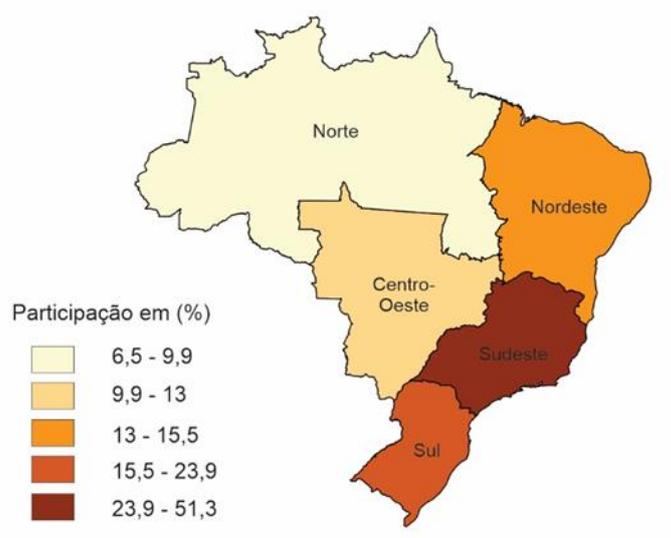
<p>500 0 500 1.000 1.500km Sistema de Coordenadas Geográficas Lat./Long Datum horizontal SIRGAS 2000</p>	
<p>Fonte: IBGE, 2019. (base cartográfica). IBGE, Conta Regionais do Brasil, 2002 - 2020.</p>	
<p>Autor/Organizador: Deyvison Dias Gomes</p>	<p>Orientador: Dr. Glauber Lopes Xavier</p>
<p>Cartografia Digital: Ícaro Felipe S. Rodrigues</p>	<p>Instituição: </p>



MAPA 2 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA TOTAL NO PIB - EM %, POR REGIÃO DO BRASIL - 2002



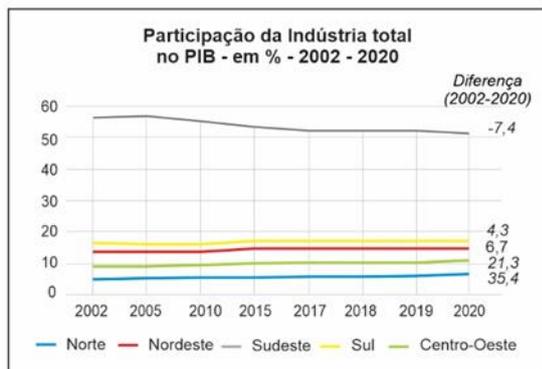
PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA TOTAL NO PIB - EM %, POR REGIÃO DO BRASIL - 2020



500 0 500 1.000 1.500km
Sistema de Coordenadas Geográficas Lat./Long
Datum horizontal SIRGAS 2000

Fonte:
IBGE, 2019. (base cartográfica).
IBGE, Conta Regionais do Brasil, 2002 - 2020.

Autor/Organizador: Deyvison Dias Gomes	Orientador: Dr. Glauber Lopes Xavier
Cartografia Digital: Ícaro Felipe S. Rodrigues	Instituição: Universidade Estadual de Goiás



2.2.3 A desconcentração concentrada: Recorte microrregional

Na década de 1990, Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), trouxeram para a discussão regional nacional o conceito de Aglomeração Industrial Relevante (AIR), que corresponde a microrregiões geográficas com 10 mil ou mais empregos industriais em cada ano. Com o intuito de investigar a força das economias de aglomeração produzidas pela indústria no território brasileiro, verificaram, para as décadas de 1970, 1980 e 1990, que estava em curso no país um processo de “desconcentração concentrada” e restrita a um polígono industrial que, de modo geral, compreendia um certo número representativo de microrregiões industriais das regiões Sudeste e Sul do país.

Partindo da mesma leitura de Diniz e Crocco (1996), Neto et al (2020), avaliam que resultou da análise destes autores que o problema da concentração da atividade industrial não se resumia à relação Sudeste versus demais regiões, mas sim a que o campo aglomerativo e de atração da indústria no Brasil crescia a partir da região metropolitana de São Paulo em direção ao interior do estado e somente em seguida para as demais economias da própria região Sudeste e, finalmente, para a região Sul do país.

Nas pesquisas iniciais de Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996), a preocupação fundamental foi asseverar a existência de uma área poligonal onde se localiza a dinâmica industrial brasileira. De modo geral concluíram que as AIRs que perfazem este polígono preferencial para a atividade industrial estão situadas exclusivamente em porções das regiões Sudeste e Sul do país, compondo, por sua vez, um território relativamente homogêneo e favorável ao desenvolvimento das atividades industriais de maior valor agregado. Saboia (2001) e Abdal (2017) também concluíram, mais tarde, que, pelo menos até 2011, o polígono preferencial ainda se constituía em área relevante para a indústria brasileira.

De acordo com Neto et al (2020), já em 2015, as AIRs de outras regiões, como a região Centro-Oeste apresentaram elevados valores de produtividade e, até mesmo, acima dos padrões da região Sudeste. Contudo, os autores destacam que a regra geral que prevaleceu no período foi de queda no valor absoluto da produtividade, entre os anos 2000 e 2015, em todas as regiões, puxado, sobretudo, pela forte depressão econômica que se instalou no país neste último ano.

CAPÍTULO 3: O AVANÇO DO CAPITAL INDUSTRIAL PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL

3.1 Um breve retrospecto da formação econômica da região

Durante bastante tempo, ao longo da história brasileira, a região, que hoje se denomina Centro-Oeste, permaneceu inexplorada economicamente. Tanto no ciclo do pau brasil como no ciclo da cana de açúcar a atividade econômica pouco adentrou o território nacional e se desenvolveu predominantemente próximo às regiões litorâneas da colônia portuguesa. A ocupação e exploração econômica da região só viria se consolidar no chamado ciclo do ouro, onde, a mesma passaria a figurar papel de relevância pela primeira vez na história do Brasil.

Grosso modo, no final do século XVII, as exportações do açúcar brasileiro, referentes ao ciclo da cana de açúcar teve uma relevante queda por causa da preferência europeia pelo açúcar holandês, mais barato que o do Brasil. A crise econômica que se estabeleceu, fez com que Portugal buscasse novas alternativas como fonte de renda culminando em uma intensificação pela busca de metais preciosos, notadamente o ouro. Os primeiros grandes depósitos de ouro foram encontrados, pelas bandeiras paulistas, entre final do século XVII e início do Século XVIII, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e gerou, por sua vez, forte impacto nas economias dessas regiões e também no Brasil.

A descoberta e principalmente a exploração do ouro provocou mudanças drásticas na ocupação territorial brasileira. Houve um grande fluxo migratório de pessoas que vieram da metrópole Portugal e do próprio litoral nordestino brasileiro para as regiões das minas, provocando significativas transformações locais. Não cabe aqui o aprofundamento desta explanação, todavia se destaca que a região onde hoje se encontra o Centro-Oeste brasileiro fora ocupada e explorada primeiramente com o avanço da mineração aurífera

pelo seu território. A mineração, marca, portanto, a expansão não capitalista sobre o território, ou nos termos de Martins (1975), o avanço da frente pioneira ⁵ sobre a região.

O ciclo da mineração, como é sabido, se esgotou relativamente rápido. Técnicas rudimentares de exploração do ouro, aliada a intensa exploração fez com que as reservas auríferas se exaurissem em menos de um século de exploração. De acordo com Guimarães e Leme (2002), com a decadência da mineração no início do século XIX, as províncias de Goiás e Mato Grosso tiveram uma redução considerável no número de povoados sendo que a pecuária extensiva e a lavoura de subsistência tornaram-se as únicas atividades produtivas locais.

O fim do ciclo do ouro no Brasil culminou com o início de um período pouco dinâmico na economia da região Centro-Oeste. Como é próprio da mineração, o período relativo à exploração aurífera, pouco agregou em termos de construção de infraestruturas locais, mais precisamente, canais relevantes de integração da economia regional com o restante do território nacional. Portanto, com o fim da exploração mineradora, a economia local se voltaria para o pequeno comércio local, tendo como atividades mais importantes, a lavoura de subsistência e a pecuária extensiva que prosperou dadas as condições locais e a possibilidade de o gado fazer seu próprio transporte para outras regiões, notadamente São Paulo. Este período de baixa dinâmica econômica regional iria durar sem significativas alterações até início do século seguinte, marcado, sobretudo, pelo avanço das ferrovias pelo Brasil, notadamente, do Sudeste em direção ao centro do país.

Se, de acordo com Martins (1975), a mineração marca o avanço da frente pioneira, ou não capitalista, para a região, o avanço da estrada de ferro marca o avanço da frente pioneira, ou capitalista para a região. O Centro-Oeste foi beneficiado pelos vagões só no início do século XX com a chegada da *Estrada de Ferro Goiás*. Essa ferrovia trouxe muitos benefícios à região, que até então era desprovida de infraestruturas de transporte que a conectasse a outras regiões, o que gerou forte impacto no processo de povoamento e no desenvolvimento de sua economia regional, marcando definitivamente um ponto de inflexão na história de sua formação econômica e integração à economia nacional.

⁵ Sobre frente de expansão e frente pioneira ver: MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

3.2 A integração econômica da região com a economia nacional

O processo de ocupação produtiva e urbanização do Centro-Oeste iniciou-se efetivamente na década de 1930 e fora marcado pela mudança do centro dinâmico da economia brasileira do setor externo para o setor interno. De acordo com Pavão (2005), a crise de 1929 forçou a ampliação de complementaridade agrícola e industrial entre as regiões do Brasil em razão dos cortes das importações e das exigências de expansão subsequente à crise. Montagnhani e Lima (2011), destacam, que até o início do século XX, a região do Centro-Oeste caracterizava-se pela baixíssima densidade demográfica, somente a partir da década de 1930 que é possível notar um pequeno aumento no número de habitantes, contudo, a região só viria a superar a marca de 1 hab/km² na década de 1960 com a expansão da fronteira agrícola e o desmembramento de parte do território incorporado à Região Norte do país.

Ainda sobre o processo de integração da economia do Centro-Oeste à dinâmica nacional, Cano (1998), destaca que o mesmo se deu em dois momentos distintos, sendo o primeiro correspondente à fase mercantil que data de 1930 a 1950, caracterizado pela relação de troca inter-regional, cuja liderança pertencia ao Estado de São Paulo e o segundo (1960-1970) correspondente à fase de ações governamentais de desenvolvimento regional que trouxeram mudanças profundas no perfil de ocupação da região.

Com relação ao primeiro período, ou fase mercantil da integração regional do Centro-Oeste à economia nacional, este fora marcado por políticas de redução e eliminação dos impostos interestaduais pelo e o avanço da construção de rodovias na região, pelo governo federal. A questão do desenvolvimento deixava de ser uma preocupação estritamente regional para entrar na agenda política nacional de desenvolvimento.

De acordo com Montagnhani e Lima (2011), o avanço da indústria e da urbanização no Sudeste e Sul do país necessitava cada vez mais da ampliação agropecuária para garantir o fornecimento de alimentos e de matérias-primas. Somente assim seria possível manter os preços sob controle e, conseqüentemente, os salários, assegurando novas inversões de investimentos produtivos

por parte dos capitalistas. Foram estes conjuntos de interesses que contribuíram, segundo Pavão (2005), com a expansão da fronteira agrícola rumo a região Centro-Oeste do Brasil.

A economia do Centro-Oeste, neste momento, viria se consolidar como importante produtora agrícola e pecuária. Tendo como característica a complementariedade com a economia do Sudeste do país, ou seja, havia uma dependência em relação à economia urbano-industrial da Região mais desenvolvida do país. De acordo com Benvindo (1984), o vínculo entre as duas Regiões se limitava ao envio de produtos primários de Goiás e Mato Grosso para São Paulo, do qual recebiam, por sua vez, produtos manufaturados.

Os principais produtos da pauta agrícola produzidos na Região Centro Oeste, na fase de integração mercantil ou entre as décadas de 1930 e 1950, eram o arroz, milho, café, feijão, cana-de-açúcar e a criação de bovinos. De acordo com Borges (2000), o arroz foi o primeiro produto agrícola goiano exportado em escala. De acordo com o autor, este produto, juntamente com o feijão, fora essencial para atender a demanda de alimentos, principalmente da população pobre trabalhadora do setor urbano-industrial do Sudeste. O milho também representava uma posição considerável na produção da região, mas a maior parte deste produto era consumida internamente na alimentação dos animais. Também, conforme destacam Montagnhani e Lima (2011), no Centro-Oeste, Goiás, que já era destaque regional na agricultura, também era um importante produtor de café fora da Região Sudeste do país, ocupando o quinto lugar na produção nacional em 1958.

Montagnhani e Lima (2011) destacam que ao final da década de 1940, houve a proposta governamental de ocupar as fronteiras da região central do país. Essa política, chamada de “Marcha para o Oeste”, visava, entre outros, ampliar os núcleos habitacionais já existentes e aproveitar as potencialidades dos recursos dessa região que, até então, eram pouco explorados. O então Governo de Getúlio Vargas construiu rodovias e ferrovias, e eliminou as barreiras alfandegárias com o intuito de facilitar o comércio entre as regiões do país, marcando um novo momento no processo de integração da região com o resto do Brasil.

A segunda fase de integração, que corresponde, de acordo com Cano (1998), com a fase de ações governamentais de desenvolvimento fora marcada pela criação de vários órgãos de desenvolvimento pelo governo federal, discutidos anteriormente no capítulo 1 deste trabalho, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o intuito de desenvolver as diversas Regiões do território. A partir das décadas 1960 e 1970 a integração nacional entrou em uma nova fase, uma vez que o capital excedente gerado em São Paulo passou a ser investido em outras regiões em busca de novos lucros. Isso se deu, de acordo com Montagnhani e Lima (2011), em primeiro lugar, devido à saturação do mercado no Sudeste e Sul no Brasil e, em segundo lugar, aos estímulos dados pelo governo federal para os capitais que migrassem para a periferia.

A construção de Goiânia e a inauguração de Brasília em 1960 são fatores que também devem ser destacados neste período de integração econômica. Os consequentes investimentos em infraestrutura de transportes, como a construção das rodovias BR 153 (Goiânia – São José do Rio Preto), BR 364 (Brasília - Cuiabá), BR 364 (Cuiabá – Porto Velho) e a BR 163 (Cuiabá – Santarém) viabilizaram uma maior integração da Região com os centros mais dinâmicos do país.

3.3 O Centro-Oeste brasileiro no processo de desconcentração produtiva nacional

Como fora discutido em capítulos anteriores, a década de 1970 marca o auge do processo de concentração produtiva brasileira. Os problemas causados pela concentração industrial na região Sudeste do país, especialmente em São Paulo, estavam latentes. Diante dos intensos debates acerca das disparidades regionais causadas pelo processo de concentração produtiva o Governo Federal coloca o problema com uma prioridade de agenda nacional e prepara os já mencionados Planos Nacionais de Desenvolvimento reduzir as disparidades regionais e aumentar a produção de alimentos via expansão da fronteira agrícola.

Nos anos de 1970 foram colocados em prática diversos programas que contribuíram para formação da estrutura produtiva e urbanização do Centro-Oeste. De acordo com Almeida (2006), pode-se destacar neste período a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (CONDEPE), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), o Programa Especial

de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a constituição das empresas de pesquisa estatais como a EMATER e EMBRAPA, dentre outros.

Assim, a região Centro-Oeste passou a atuar como fronteira agrícola e polo de absorção dos excedentes populacionais. Tanto a pecuária extensiva quanto a produção de alimentos básicos passaram a ser substituídas pela introdução de culturas até então exóticas à Região, como, por exemplo, a soja, que seria introduzida como o objetivo de gerar divisas via mercado de exportações. Ainda sobre a modernização agrícola na região, pode-se destacar, de acordo com Pavão (2005), a implantação do sistema de produção intensiva, ocupando grandes extensões de terras com a monocultura, notadamente a soja, o aumento da mecanização a partir da utilização de colheitadeiras e tratores de última geração, a introdução dos insumos químicos como adubos e defensivos agrícolas, introdução de novas culturas e raças de animais modificados geneticamente e, também, destaque para ampliação do trabalho assalariado no campo. De maneira geral essas mudanças estimularam o aumento da produtividade da terra e do trabalho, consolidando definitivamente o processo de modernização agrícola da região do Centro-Oeste do Brasil.

Assim, de acordo com Montagnhani e Lima (2011), no final dos anos de 1970 surgiram pequenas unidades agroindustriais na Região Centro-Oeste do Brasil, basicamente construídas por pequenos grupos empresariais locais e regionais. Muitas dessas plantas industriais foram desmontadas das regiões Sudeste e Sul do país, aproveitando-se de incentivos fiscais como a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A década de 1980, foi marcada pelo crescimento das áreas de lavouras e pecuária, e a melhoria da infraestrutura, incentivando grandes agroindustriais nacionais e internacionais a se instalarem na Região. De acordo com, Guimarães e Leme (2002), o resultado foi a mudança do perfil econômico da região com a progressiva construção de silos e armazéns, e instalação de empresas ligadas ao sistema agroalimentar como grandes frigoríficos e indústrias de esmagamento de soja e produção de óleo.

Em síntese, do ponto de vista regional, esta mudança qualitativa no perfil econômico da região Centro-Oeste do país culminou, como já apresentado, com a

alteração da participação das regiões no VAB da indústria total e de transformação em que a região Sudeste começa a perder participação comparada às demais regiões, especialmente em relação às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

3.4 O Centro-Oeste nas fases de fragmentação e desconcentração poligonal

Como se sabe, a chamada década perdida brasileira, ou década de 1980, fora marcada pelo esgotamento do crescimento da economia brasileira, aumento da inflação e do endividamento do Estado. Estes fatores combinados culminaram com o esgotamento ou inflexão do processo de desconcentração produtiva regional iniciado na década anterior. A desconcentração perdeu fôlego nesse período devido, sobretudo, à crise econômica que levou ao desaparecimento de vários dos órgãos federais de desenvolvimento regional e queda nos investimentos públicos. Os esforços nacionais se voltaram ao combate dos efeitos da crise e estabilização da economia neste período.

Se, do ponto de vista macrorregional, o processo em curso da desconcentração produtiva regional perdeu seu ímpeto, na chamada década perdida de 1980, por razões já expostas, do ponto de vista microrregional, por outro lado, importantes dinâmicas regionais foram observadas no período. Diniz (1995), partindo do recorte micro, destaca que a inflexão do processo de desconcentração produtiva regional foi marcada por uma reconcentração ampliada, situada dentro de polígono de 1.700km de extensão que engloba as cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Esse processo estaria, de acordo com o autor, relacionado com as mudanças tecnológicas e com a reestruturação produtiva, as quais exigem mudanças locacionais, principalmente das atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento.

Também, partindo da perspectiva microrregional, Pacheco (1996), defende que nas décadas de 1980 e 1990, há continuidade do processo de desconcentração, entretanto ele se manifesta mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento das regiões. Segundo o autor aquelas economias regionais que atendem à demanda externa tendem a crescer e a se transformar em “ilhas de

produtividade”, enquanto que as economias regionais que atendem à demanda interna tendem ao baixo dinamismo.

É neste contexto de atender a demanda externa que a região Centro-Oeste assume novamente papel de relevância econômica nacional. Como aumento das exportações foi a maneira encontrada pelo país para fazer frente à situação de crise econômica, este novo cenário, por sua vez, fez com que as regiões periféricas se ingressassem intensamente no mercado externo, atendendo ao esforço de gerar divisas para o país. Assim, as unidades industriais das microrregiões do Centro-Oeste estão basicamente voltadas para o segmento agroindustrial, de acordo com Montagnhani e Lima (2011), com a forte presença de grandes indústrias processadoras de alimentos, laticínios, frigoríficos, usinas de açúcar e etanol, e também, indústrias complementares como mecânica, de adubos e fertilizantes, pertencentes a grupos nacionais e estrangeiros.

Há ainda, segundo os autores, algumas particularidades como a indústria farmacêutica nas microrregiões de Anápolis e de Goiânia em Goiás, com a presença de grandes laboratórios (Teuto, Pfizer, Brainfarma, Vitamedic, Neo Química e outras) que juntos formam o maior polo farmacêutico em número de empregos do país, além de duas montadora de veículos e máquinas agrícolas (Caoa Cherry em Anápolis e Mitsubishi e John Deere em Catalão). No Estado de Mato Grosso, a microrregião de Sinop destaca-se também pela indústria madeireira e mobiliária e no Mato Grosso do Sul a indústria têxtil, de papel e celulose, e de beneficiamento de couro também apresenta grande significância nas microrregiões de Campo Grande e Três Lagoas. Finalmente na microrregião de Brasília a indústria gráfica também é bastante representativa.

Desse modo, a região Centro-Oeste brasileira entra no novo século como uma região dinâmica com grandes vantagens locais e possibilidades de expansão econômica, se firmando como o principal centro produtor de alimentos do Brasil, o que tem contribuído para o crescimento da economia e das exportações nacionais. Contudo, a região ainda apresentava relevantes estrangulamentos que impedem o seu maior desenvolvimento como a carência de infraestrutura e a grande distância em relação aos portos de escoamento para os mercados consumidores mundiais.

3.5 O Estado na promoção do desenvolvimento regional recente do Centro-Oeste

A característica mais marcante do processo de desconcentração produtiva regional brasileiro é a forte presença do Estado, seja na implementação direta de políticas públicas de desenvolvimento regional, seja na sua ausência. Até os anos imediatamente anteriores à década de 1980 o Estado nacional assume para si a tarefa de reduzir as disparidades produtivas regionais do país materializado tanto pela implementação dos planos nacionais de desenvolvimento, quanto pela criação das superintendências regionais de desenvolvimento, para citar exemplo. Era o Estado desenvolvimentista brasileiro na vanguarda do processo.

A década de 1980, por sua vez, fora marcada pela crise econômica brasileira ou a crise da hiperinflação. O Estado nacional, neste momento, se ausentaria do papel central de condutor do processo, para se dedicar a questões, àquela época, mais urgentes, como a estabilização da economia, relegando seu papel aos governos estaduais e municipais. Estava dada a largada para a chamada guerra dos lugares ou guerra fiscal entre os estados e municípios da federação.

Desde que iniciado o processo de desconcentração produtiva no Brasil, ele nunca cessou. Teve seu auge no período do Estado Desenvolvimentista até 1970, perdeu ritmo na chamada década perdida de 1980 e tomou novos contornos e particularidades no período de avanço do Estado neoliberal a partir da década de 1990. De modo geral, a maneira como o Estado brasileiro se comportou diante do processo, leia-se agora os governos federal, estaduais e municipais, viria definir o ritmo e a forma que tomaria o processo de desconcentração produtiva regional no país.

Voltando a análise para a região Centro-Oeste do Brasil a mesma respondeu fortemente às políticas públicas implementadas pelo Estado, impactando sobremaneira nas últimas décadas o seu desenvolvimento e a sua dinâmica regional. Cabe agora, citar, dentre outras, os impactos da implementação de algumas dessas políticas mais recentes, como a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em especial Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, a aprovação da Lei Complementar nº 87/1996 ou “Lei Kandir” e a implementação dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em setembro de 1989 o governo federal instituiu os Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

(FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

De acordo com informações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (2022), atualmente, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sendo que parcela de recursos tributários da União (3% do produto da arrecadação do IPI e IR dividido entre FNO 0,6%, FCO 0,6% e o FNE 1,8%) são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País. No Centro-Oeste o FCO disponibiliza linhas de crédito voltadas para operações rurais destinadas à agricultura familiar e demais agricultores, além das atividades concernentes aos setores industriais, agroindustriais, de infraestrutura, de turismo, comércio e serviços.

Com o objetivo de estimular as exportações brasileiras de produtos primários, em setembro de 1996 é aprovada pelo governo federal a Lei Complementar nº 87/1996. A lei complementar, conhecida popularmente como Lei Kandir, desonerou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo de competência estadual, sobre as exportações. A isenção do ICMS para exportações foi direcionada, sobretudo, para produtos primários e semielaborados.

Com o objetivo de sanar os gargalos de infraestrutura do Brasil e reduzir o chamado “custo Brasil” de produção e escoamento, o governo federal lançou em janeiro de 2007 o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). De maneira geral, o PAC foi um plano do governo nacional que visou estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, aeroportos, rodovias, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, e outros).

De acordo com informações do Ministério da Economia (2010) o PAC foi composto por cinco blocos:

- 1- Medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento e transporte em massa
- 2- Medidas para estimular crédito e financiamento
- 3- Melhorias do marco regulatório na área ambiental

- 4- Desoneração tributária
- 5- Medidas fiscais de longo prazo

As ações do programa deveriam ser implementadas, gradativamente, ao longo do quadriênio 2007-2010, investindo, de acordo com objetivos do programa, um montante de mais de meio trilhão de reais ao longo de sua implementação nesses 5 blocos. Em março de 2010 é lançado a segunda etapa do programa ou PAC2 que previu recursos da ordem de 1 trilhão e meio de reais em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação.

De maneira geral, a implementação dessas três políticas recentes, gerou os seguintes impactos: o FCO gerou impacto principalmente na atração de novas plantas industriais para a região, fomentado pelos juros atrativos de financiamentos produtivos; a Lei Kandir, por um lado estimulou as exportações, mas por outro reduziu a arrecadação dos estados e acabou gerando um desestímulo ao desenvolvimento industrial, uma vez que só beneficia produtos primários ou pouco elaborados; o PAC, por fim, apesar de muitas obras não entregues ou entregues com atraso beneficiou a região Centro-Oeste por seus investimentos, principalmente os em infraestruturas, tão essenciais para uma região com predomínio do setor agro para escoamento da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, a análise dos dados e as discussões teóricas, apontaram para a evidência de que a dinâmica da desconcentração regional da indústria brasileira, adquire significado inquietante no cenário atual da economia, pois vem ocorrendo em meio a um contexto de arrefecimento da produção industrial.

De maneira geral, regionalmente, as especializações produtivas ficaram aparentes, quando avaliada pelo tipo de indústria por fator competitivo, com as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste retendo, proporcionalmente ao restante do país, mais ramos de atividade intensivos em recursos naturais, as regiões Sul e Nordeste, mais a primeira que a segunda, especializando-se de maneira destacada em intensivos em trabalho e, finalmente, a região Sudeste concentrando-se nos intensivos em escala, diferenciados e baseados em ciência.

Do ponto de vista do Valor Adicionado Bruto da indústria total e de transformação, houve nas últimas décadas, aumento expressivo das regiões Norte e Centro-Oeste na sua composição, puxado sobremaneira, pelo aumento da importância dos setores intensivos em recursos naturais que vem ocorrendo mais intensamente neste período. É neste contexto, de reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira, que a região Centro-Oeste se insere fortemente no cenário econômico brasileiro de maneira a atender a demanda produtiva nacional, a saber o de produzir, produtos primários pouco elaborados para a exportação.

Em tom de conclusão, constata-se que a indústria brasileira, nos anos recentes, continua reproduzindo a heterogeneidade estrutural que lhe tem sido característica, com o agravante que no momento atual teve enfraquecida sua capacidade de crescer e se expandir. Por outro lado, tiveram evolução destacada as atividades do grupo de indústrias intensivas em recursos naturais. O crescimento dessas atividades, por sua vez, gerou pouca conexão com o restante da indústria, uma vez que o Valor da Transformação Industrial e o produto médio nas demais atividades da indústria de transformação pouco se alteraram.

A tendência à diversificação industrial, uma trajetória desejada para os países

que buscam superar a etapa de renda média, seja pelo aumento no número de ramos de atividade, seja pela complexificação das atividades, ficou obstaculizada, de acordo com Neto e Silva (2019), pela resposta brasileira à força exercida pela demanda externa por commodities, que foi favorecedora das atividades intensivas em recursos naturais, e pela fraqueza dos elementos internos, inclusive da política produtiva, em incentivar novas opções setoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDAL, Alexandre. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo: para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. **Novos Estudos** (CEBRAP). v. 36, n. 2 p. 107-126, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/d3YdsxxnmdBF3dXJDrjjOhs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Presidência da República. Brasília, 30 de maio de 2019; 198º da Independência e 131º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d9810.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Brasília, 13 de setembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.

BENVINDO, F. M. **Acumulação capitalista e Urbanização em Goiás (1920-1980)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 1984

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BORGES, B. G. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). **História Econômica e História das Empresas**, São Paulo, v.3, n.2, p.65-103, 2000. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/barsanuvo-gomides-borges.pdf> Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5º ed. São Paulo: Unicamp, 2007.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. 1º ed. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**. Número Especial, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/?lang=pt> . Acesso em: 15 de Agosto de 2022.

COLETTI, Claudinei. Desenvolvimento e neoliberalismo no Brasil. **Revista de Direito (UNIANCHIETA)**. Ano 15, n. 23, 2015. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaDireito/article/view/339/281> Acesso em: 23 de Maio de 2022.

COUTO, M. L. P; XAVIER, C.A. C. O debate acerca do desenvolvimento econômico e a questão regional: perspectiva histórica e elementos da uma agenda para p século XXI. **Conexões**. V. 8, n. 2, p. 9-38, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 20 de Novembro de 2022.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

DINIZ, Célio. **Desenvolvimento poligonal no Brasil**. Nova Economia, v. 1, n. 1. São Paulo: Unicamp, 1993.

_____. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. **Texto para discussão**, n. 375, Rio de Janeiro, IPEA, jun. 1995. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1741/1/td_0375.pdf . Acesso em: 15 de março de 2023.

_____; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 1996. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2270/1211>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

FCO. **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco/fundo-constitucional-de-financiamento-do-centro-oeste-fco> Acesso em: 20 de março de 2023.

FONSECA, P. C. D; MONTEIRO, S. M. M.. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, vol. 28, n. 1, p. 28-46, janeiro-março/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/48sFyxjczMLHDkKhWZSM5Sw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 08 de outubro de 2022.

FONSECA, J. J. S., **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional. 1968.

FIORI, José Luís. **O voo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

_____. Para um diagnóstico da “modernização” brasileira. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUIMARÃES, E. N., LEME, H. J. de C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J. et al. (orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: UNICAMP, 2002.

GOMES, A. C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**. n. 112, p. 637-671, out-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/35tRSzsTBxzLLgmThm3rvVF/?lang=pt#> Acesso em: 05 junho de 2022.

GERHARD, Tatiane Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo Atlas, 2008.

GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica. In: **A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE. **SCR - Sistema de Contas Regionais**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 10 de março de 2023.

_____. **Bases Cartográficas Contínuas**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of The United Kingdom**. Londres: Cambridge University Press, 1966.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx: tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, João M. C. **O capitalismo tardio: contribuição crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. (Tese) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. São Paulo, 1975.

MINAYO, M. C. S., (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAGNHANI, B. A; LIMA, J. F. Notas sobre o desenvolvimento do centro-oeste e a economia brasileira. **Revista de Estudos Sociais**: 2011, n. 26, v. 13, p. 157-173.

Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Notas%20sobre%20o%20desen.%20do%20CO-2.pdf> . Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

NETO, A. M.; SILVA, R. O. **Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil**: padrões e ritmos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea. 2018.

_____; COSTA, M. C. et al. Desenvolvimento regional no Brasil: realidade atual e perspectivas. **Ipea**. V. 15, jul-dez 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7100> . Acesso em: 23 de novembro de 2022.

_____; SEVERIAN, D. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”?. **Economia e sociedade**. Mai-Ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art09> . Acesso em: 10 de agosto de 2022.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Structural Adjustment and Economic Performance**. Paris: OECD, 1987.

PAC. **Ministério da Economia**, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/354> . Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. São Paulo: Unicamp, 1998.

_____. **A questão regional brasileira pós 1980**: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1996.

PALMA, G. Four sources of deindustrialization and a new concept of the Dutch disease. In OCAMPO, J. A. **Beyond reforms, structural dynamics and macroeconomic vulnerability** Stanford: Stanford University Press, 2005. chap. 3, p. 71-116.

PAVÃO, E. da S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. Dissertação (Mestrado) - Centro Socio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005.

PELÁEZ, Carlos M. **História da industrialização no Brasil**. São Paulo: Anpec, 1972.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Desarrollo Económico**, v. 26, n. 103, p. 479-502, 1949.

REIS, J.J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: **500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, C. G; CARDOZO, S, A; Martins, H. Dinâmica regional da indústria de transformação no Brasil (2000-2017). **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.** 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202120> . Acesso em: 20 de Agosto de 2022.

RODRIGUES, C. H. L. Plano de Metas, PAEG, II PND: Análise e desdobramentos. **Departamento de Economia (UFES)**. n 21. v.12, setembro. 2015. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf Acesso em: 05 de julho de 2022.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. e SZMRECSÁNYI, T. Os investimentos Estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In: SILVA, S. e SZMRECSÁNYI, T. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Editora Hucitec e Edusp, 1996.

SABOIA, J. A. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2. 2001. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/389/396> Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

SAMPAIO, D. P. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015). In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. **A evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1939.

_____, Roberto. A Planificação da economia brasileira. In: **A Controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

TAVARES, M.C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

TEIXEIRA, F. José. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. Jose (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 195-252.

VENÂNCIO, R. P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.